

**SÉRIE ANTROPOLOGIA**

ISSN 1980-9867

**421**

**O MATERIAL, O SIMBÓLICO E O CONTRA-ITUITIVO:**

**UMA TRAJETÓRIA REFLEXIVA**

**Luís R. Cardoso de Oliveira**

**Brasília, 2008**

Memorial: concurso público para professor titular

Departamento de Antropologia da UnB

Área: Teoria Antropológica

**Universidade de Brasília**  
**Departamento de Antropologia**

**Brasília**

**2008**

**Série Antropologia** é editada pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, desde 1972. Visa a divulgação de textos de trabalho, artigos, ensaios e notas de pesquisas no campo da Antropologia Social. Divulgados na qualidade de textos de trabalho, a série incentiva e autoriza a sua republicação.

ISSN Formato Impresso: 1980-9859

ISSN Formato Eletrônico: 1980-9867

1. Antropologia 2. Série I. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília

Solicita-se permuta.

**Série Antropologia Vol. 421**, Brasília: DAN/UnB, 2008.



*Universidade de Brasília*

**Reitor:** Roberto Armando Ramos de Aguiar

**Diretor do Instituto de Ciências Sociais :** Gustavo Lins Ribeiro

**Chefe do Departamento de Antropologia:** Lia Zanotta Machado

**Coordenador da Pós-Graduação em Antropologia:** Wilson Trajano Filho

**Coordenadora da Graduação em Antropologia:** Marcela Stockler Coelho de Souza

**Conselho Editorial:**

Lia Zanotta Machado

Wilson Trajano Filho

Marcela Stockler Coelho de Souza

**Editora Assistente:**

Marcela Stockler Coelho de Souza

**Editoração Impressa e Eletrônica:**

Rosa Venina Macêdo Cordeiro

## EDITORIAL

A Série Antropologia foi criada em 1972 pela área de Antropologia do então Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, passando, em 1986, a responsabilidade ao recente Departamento de Antropologia. A publicação de ensaios teóricos, artigos e notas de pesquisa na Série Antropologia tem se mantido crescente. A partir dos anos noventa, são cerca de vinte os números publicados anualmente.

A divulgação e a permuta junto a Bibliotecas Universitárias nacionais e estrangeiras e a pesquisadores garantem uma ampla circulação nacional e internacional. A Série Antropologia é enviada regularmente a mais de 50 Bibliotecas Universitárias brasileiras e a mais de 40 Bibliotecas Universitárias em distintos países como Estados Unidos, Argentina, México, Colômbia, Reino Unido, Canadá, Japão, Suécia, Chile, Alemanha, Espanha, Venezuela, Portugal, França, Costa Rica, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

A principal característica da Série Antropologia é a capacidade de divulgar com extrema agilidade a produção de pesquisa dos professores do departamento, incluindo ainda a produção de discentes, às quais cada vez mais se agrega a produção de professores visitantes nacionais e estrangeiros. A Série permite e incentiva a republicação dos seus artigos.

Em 2003, visando maior agilidade no seu acesso, face à procura crescente, o Departamento disponibiliza os números da Série em formato eletrônico no site [www.unb.br/ics/dan](http://www.unb.br/ics/dan).

Ao finalizar o ano de 2006, o Departamento decide pela formalização de seu Conselho Editorial, de uma Editoria Assistente e da Editoração eletrônica e impressa, objetivando garantir não somente a continuidade da qualidade da Série Antropologia como uma maior abertura para a inclusão da produção de pesquisadores de outras instituições nacionais e internacionais, e a ampliação e dinamização da permuta entre a Série e outros periódicos e bibliotecas.

Cada número da Série é dedicado a um só artigo ou ensaio.

Pelo Conselho Editorial:  
Lia Zanotta Machado

## SUMÁRIO

**Título : O Material, o Simbólico e o Contra-intuitivo: Uma trajetória reflexiva**

**Resumo:** Trata-se de um memorial no qual o autor procura discutir a sua trajetória intelectual, com ênfase especial no desenvolvimento de suas pesquisas, publicações e atividades acadêmicas na área. As preocupações quanto ao status da interpretação antropológica, à problemática dos direitos e da cidadania, assim como em relação à perspectiva comparativa ganham lugar de destaque.

**Palavras-chave:** trajetória intelectual; interpretação; direitos; cidadania; comparação

**Title:** The Material, the Symbolic and the Counterintuitive: A reflexive trajectory

**Abstract:** This is a memoir in which the author discusses his intellectual trajectory, with a focus on the development of his researches, his publications and his academic activities in the area. The concerns with the status of anthropological interpretation, with the meanings of rights and citizenship, as well as with the comparative perspective are highlighted.

**Keywords:** intellectual trajectory; interpretation, rights; citizenship; comparison

## ÍNDICE

A FORMAÇÃO EM PERSPECTIVA	7
ATIVIDADES DE PESQUISA E RESULTADOS	11
(I) Eticidade e Direitos: Brasil e EUA em Perspectiva	11
(II e III) Concepções de Justiça, Resolução de Disputas, e Comparação	14
(IV) A França como Contraponto	19
(V) Isonomia Jurídica, Desigualdade de Tratamento, e Concepções de Igualdade	25
ATIVIDADE DIDÁTICA	30
ATIVIDADE INSTITUCIONAL	33
APÊNDICE: CURRICULUM VITAE	35

## **O Material, o Simbólico e o Contra-intuitivo: Uma trajetória reflexiva<sup>1</sup>**

(Memorial: concurso para professor titular – Departamento de Antropologia da UnB)  
Área: Teoria Antropológica

*Luís R. Cardoso de Oliveira*

### A FORMAÇÃO EM PERSPECTIVA

Refletindo sobre a minha trajetória acadêmica não posso deixar de observar, respectivamente, o papel da relação entre três dimensões do empreendimento de pesquisa na orientação de minhas indagações: as dimensões do universo material, do universo simbólico, e a do contra-intuitivo. Desde o início de minha formação a articulação entre estas três dimensões constitui um grande desafio para mim. Seja através da relação entre observação e interpretação, dado e significado, infra-estrutura e super-estrutura, relações sociais e ideologia, ciência e filosofia, empiria e metafísica, ou qualquer outra que tematize a articulação entre compreensão e fundamentação. Em qualquer hipótese, tal articulação é tomada como problema num quadro onde as implicações normativas da interpretação antropológica sempre estiveram presentes. Como se sabe, a etnografia nunca apenas descreve mas, ao representar formas de vida ou de ação no mundo, indissociáveis de orientações normativas, o pesquisador ou pesquisadora não pode deixar de avaliar estas últimas, cujo sentido deve ser crível, na medida em que sua representação não pode abrir mão das pretensões de validade constitutivas da produção acadêmico-científica.

Embora seja difícil avaliar a influência da convivência com meu pai — Roberto Cardoso de Oliveira — na definição de minhas opções e orientação acadêmicas, é fácil perceber que, em qualquer hipótese, ela só aparece de forma mais clara a partir do início de meu curso de graduação na UnB, onde ele era professor. Apesar de nunca ter sido seu aluno, sempre conversamos sobre meus projetos e inquietações acadêmicas. No curso de ciências sociais na UnB pude fazer, simultaneamente, todas as disciplinas para me formar com habilitações em Antropologia e em Sociologia. Em alguma medida tal formação acabou correspondendo, respectivamente, às ênfases nas dimensões simbólica e material de que falava acima, ou nas perspectivas do participante (virtual) e do observador, como diria Habermas. Aliás, tanto a UnB como as outras duas instituições nas quais estudei — o

---

<sup>1</sup> As referências completas à minha produção estão listadas no currículo anexado ao memorial, e aparecem no texto apenas com a indicação da data. Quando não estiver absolutamente claro no texto se me refiro a publicações ou intervenções diversas, as primeiras aparecem precedidas por minhas iniciais — LRCO —, e as últimas precedidas por TACPP, listadas na seção do currículo “Trabalhos Apresentados em Congressos, Palestras e Painéis”. Todas as referências a outros autores aparecem completas em notas de pé de página.

Museu Nacional-UFRJ e a Universidade de Harvard — tinham duas características que foram centrais em minha formação: um excelente corpo docente e um ambiente extremamente favorável ao desenvolvimento de vocações acadêmicas. Ainda que em cada uma destas instituições as duas características se expressassem de forma singular e inconfundível. De fato, sou muito agradecido a estas instituições, e repetiria as mesmas opções se tivesse que começar de novo.

Também não posso deixar de mencionar, como aspecto significativo durante a minha formação, o fato de o país viver sob um regime ditatorial ao longo de quase todo o período. Pois, a curiosidade etnográfica no estudo sobre outras sociedades sempre esteve associada à preocupação com os dilemas da sociedade brasileira, de modo que as posições de intérprete e de cidadão sempre estivessem articuladas. De certa forma tal preocupação não deixa de estar associada a um determinado padrão da produção antropológica brasileira, frequentemente identificada com a construção do Estado-Nação, ou com uma reflexividade que manteria a posição do pesquisador e seus vínculos sociais sempre no horizonte (TACPP 2007ze).<sup>2</sup>

A principal marca da produção da sociologia ou da antropologia ao se constituírem como disciplinas distintas da filosofia está na sua relação com a pesquisa empírica. Tome-se como foco de análise as relações sociais, na vertente marxista, os fatos sociais como coisas, na ótica durkheimiana, ou a idéia de causalidade em Weber, a indagação do intérprete estará sempre privilegiando a elucidação do mundo empírico. Diferentemente da filosofia, onde as intuições do sujeito cognoscente e de seus interlocutores ganham o primeiro plano no desenvolvimento de suas idéias, o cientista social, e a ciência de uma maneira geral, privilegiam o universo do contra-intuitivo como instrumento de ampliação ou de renovação do conhecimento. A ênfase estaria naqueles aspectos da experiência humana apreendidos por meio da observação empírica independentemente das intuições dos atores, e frequentemente expressos naquilo que se convencionou chamar de evidências materiais. A propósito, uma das características singulares da antropologia estaria na preocupação com o que eu gostaria de definir como evidências simbólicas, cujo acesso implica sempre uma fusão entre os horizontes ou perspectivas do pesquisador e dos sujeitos pesquisados. Ainda que o simbólico não possa ser considerado um campo de interesse exclusivo da antropologia, que o compartilha com as demais ciências do espírito e com a própria sociologia, ele ganha um espaço especial em nossa disciplina como parte central do mundo real, e poderíamos dizer com os editores da *revue du M.A.U.S.S.*, com referência à leitura de Lévi-Strauss da obra de Mauss, “plus réel que réel, le symbolique”.<sup>3</sup> Exploro este tema no texto de minha conferência na última reunião da SBPC (LRCO 2007b), na qual dialogo com DaMatta sobre a dialética exótico-familiar e o papel dos *anthropological blues* para situar melhor a articulação entre o simbólico, o material e o contra-intuitivo na

---

<sup>2</sup> Dentre os vários trabalhos de Mariza Peirano sobre o tema veja-se, especialmente, (1981) *An anthropology of anthropology. The Brazilian case*. Ph.D. dissertation, Harvard University; e, (2004) “Otherness in Context: A guide to anthropology in Brazil”. *Série Antropologia 384*, Brasília: Departamento de Antropologia da UnB.

<sup>3</sup> Veja o título da publicação em Caillé, Alain. 1998. “Présentation”, *La revue du M.A.U.S.S.*, semestrielle, n° 12, 2° semestre de 1998.



antropologia.

Tal como tem sido formulado ao longo da história moderna da antropologia, nas três tradições formadoras da disciplina (inglesa, francesa e norte-americana), a interpretação do antropólogo está sempre marcada pela sua compreensão do ponto de vista nativo, que se constitui numa dimensão contra-intuitiva para o pesquisador, de caráter evidentemente empírico, mas de natureza simbólica, não material. Em meu primeiro trabalho de maior fôlego, minha dissertação de mestrado,<sup>4</sup> sobre um projeto de colonização em Mato Grosso (LRCO 1981a), a importância das evidências simbólicas aparece no tratamento das representações sobre as práticas econômicas dos atores, um padrão observado com virtuosismo nos estudos sobre campesinato realizados no Museu Nacional à época, mas também em minha análise da política como um aspecto elucidador da condição social do grupo.<sup>5</sup> Não obstante, o foco nas representações era acompanhado pelo esforço em apreender o significado das interações sociais numa série de situações que eram novas para mim, onde as perspectivas da fenomenologia e do interacionismo simbólico me tocavam de perto. Em 1971, ano que passei nos EUA, vivi de forma irrefletida, mas existencialmente cultivada, várias situações abordadas por estas perspectivas, e tive oportunidade de trabalhar por algum tempo como auxiliar de pesquisa de Gilberto Velho e Yvonne Maggie, que realizavam trabalho de campo em Cambridge, Massachusetts, onde eu morava. Sete anos mais tarde viria ser aluno de Gilberto, com quem fiz uma disciplina na qual pude refletir teoricamente sobre o tema.

Dois outros trabalhos que publiquei mais ou menos na mesma época já procuravam refletir sobre as implicações teóricas das evidências simbólicas, ainda que eu não as tratasse desta maneira então (LRCO 1981b e 1985a). O primeiro deles tinha como referência o livro de Needham sobre *Language, Belief and Experience*, enquanto o outro fazia uma comparação entre as idéias de compreensão e interpretação em Weber e Dumont, a partir dos trabalhos de ambos sobre a Índia. Depois de ter escrito este artigo, Dumont e o seu estruturalismo hermenêutico nunca mais deixariam de ser interlocutores significativos em minha trajetória. Neste quadro, aceitei os desafios da literatura pós-interpretativa nos EUA para definir um tema de tese, em meu doutorado, que permitisse uma reflexão sobre o lugar do autor na elaboração de uma etnografia. Aliás, a definição de meu tema de tese viabilizou a articulação de um conjunto expressivo de indagações que me atraíam em várias direções. No plano do status epistemológico da etnografia, na linha dos desafios pós-interpretativistas, gostaria de combinar a posição tradicional do antropólogo no campo (à qual não faço qualquer restrição), — quando se identifica como um estudioso do grupo ou situação social pesquisada independentemente do modo pelo qual o pesquisador é

---

<sup>4</sup> Antes de entrar para o mestrado tive alguma experiência de pesquisa com povos indígenas (Tükúna, Kaingang, Krahó e Bororo), e colaborei em pesquisas nas áreas de antropologia urbana e da saúde. Estas atividades estão listadas no currículo anexado, na seção “Trabalho de Pesquisa”, assim como os textos ou publicações produzidos a partir destas experiências (LRCO 1977; 1978; e, 2002c).

<sup>5</sup> Minha pesquisa fazia parte de um projeto mais amplo sobre “Grandes Empreendimentos Agro-Pecuários na Amazônia” sob a coordenação de minha orientadora, professora Francisca Keller (LRCO 1992b). Ela estava muito doente durante todo o período de redação de minha dissertação e veio a falecer pouco tempo depois da defesa da dissertação. Não obstante, a interlocução com Francisca Keller foi absolutamente fundamental na definição dos contornos da dissertação, assim como na ampliação de minha compreensão sobre o mundo rural como objeto de pesquisa.

efetivamente classificado e sua identidade ganha inteligibilidade —, com aquela na qual o pesquisador assume uma posição social nativa e a partir da qual se relaciona com os sujeitos da pesquisa. Não se tratava de fazer uma avaliação comparativa sobre a fecundidade cognitiva das duas posições, mas de refletir sobre o acesso a informações e perspectivas em ambos os casos, procurando conjugar os dois tipos de experiência. Na mesma direção, o “experimento etnográfico” deveria realizar-se em local onde a língua vigente fosse diferente de minha língua nativa (o português), mas que eu também pudesse dominar bem, para poder lidar adequadamente com a dimensão simbólica do contra-intuitivo na pesquisa.

Somavam-se a estas preocupações meu interesse no conflito de interpretações e em questões de legitimidade, que não tinha podido desenvolver satisfatoriamente no mestrado.<sup>6</sup> Assim, as *Small Claims Courts* (ou Juizados de Pequenas Causas) nos EUA caíram como uma luva, contemplando todas as minhas preocupações, e agradeço a Tullio Maranhão por ter chamado minha atenção para estes Juizados. Faria minha pesquisa em inglês, numa instituição na qual seria fácil conseguir um trabalho voluntário,<sup>7</sup> e onde os próprios atores lidariam com o conflito de interpretações, tendo como foco a esfera normativa onde questões de legitimidade e de equidade ganham o primeiro plano. Minha tese de doutorado ganhou um prêmio da ANPOCS em 1990,<sup>8</sup> e marcou um esforço de articulação sistemática entre questões de validade nas esferas cognitiva e normativa, de um lado, e a elucidação de material etnográfico que incorporasse adequadamente o ponto de vista nativo, de outro. Aqui foram particularmente importantes (1) meu diálogo com a obra de Habermas, e a oportunidade de discutir meu projeto de pesquisa com ele, (2) minha interlocução com os trabalhos de Gluckman sobre os Barotse, onde as intuições morais dos atores ganhavam vida e contribuíam decisivamente para a caracterização do universo jurídico-legal nativo, (3) e as discussões com Sally Falk Moore, minha orientadora, cujo espírito crítico e o ceticismo inicial em relação ao meu trabalho tornaram-se um grande estímulo e um desafio para mim.<sup>9</sup> De certo modo, todas as pesquisas e quase todos os textos elaborados após o meu doutorado estão associados a desdobramentos da tese, que até o momento está disponível apenas em inglês, pela University Microfilms International, editora

---

<sup>6</sup> A leitura de dois textos de Otávio Velho estimulou minha atenção sobre o tema ainda no mestrado: “A Propósito de Terra e Igreja”. *Encontros Com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 22, 1980; e, “Da aparente relação entre concepção e estratégia”. *Reforma Agrária Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, v. ano 10, n. 4 e 5, p. 106-114, 1980.

<sup>7</sup> Trabalhei efetivamente durante cerca de dois anos como conselheiro leigo no *Small Claims Advisory Service*, e fui mediador de disputas no Juizado ao final de meu trabalho de campo.

<sup>8</sup> Menção honrosa na categoria Doutorado do VI Concurso Brasileiro de Teses Universitárias em Ciências Sociais patrocinado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, realizado em outubro de 1990.

<sup>9</sup> Sally era conhecida entre os doutorandos pela maneira franca e clara de confrontar seus interlocutores, e sua concepção sobre as questões que motivavam minha pesquisa era bastante distante daquela que orientava de fato o meu trabalho; seja no plano da ética, da equidade (*fairness*), da legitimidade, ou da fundamentação da interpretação antropológica. Neste quadro, sou particularmente grato a sua generosidade na interlocução.

especializada na divulgação de teses.<sup>10</sup>

## ATIVIDADES DE PESQUISA E RESULTADOS

Ao lado de textos e palestras sobre teoria ou sobre a perspectiva antropológica, meus trabalhos nos últimos 17 anos tiveram como foco a relação entre direito, cidadania e identidade, estando sempre associados a cinco projetos de maior envergadura: (I) “*Eticidade, Direitos e Equidade*”, que vem contando com o apoio de uma bolsa de produtividade do CNPq desde 1991; (II) “*Concepções de Justiça e Multiculturalismo em Montreal*”, a partir de 1994 com financiamentos da CAPES, do CNPq, e do Faculty Enrichment Program, do governo canadense; (III) “*Eventos Políticos e Resolução de Disputas — uma Perspectiva Comparativa*”, como parte do projeto “*Uma Antropologia da Política: Rituais, Representações e Violência*”, patrocinado pelo PRONEX entre 1997 e 2004, com sede no Museu Nacional e com a coordenação geral de Moacir Palmeira. (IV) Em março de 2006 comecei nova pesquisa empírica na França, com o projeto “*Direito, Identidade e Cidadania na França: um Contraponto*” (LRCO 2006a), com financiamento da CAPES. (V) No final de 2006 fui contemplado com colegas do Rio de Janeiro-Niterói e de Pernambuco com recursos do PRONEX 2006 (FAPERJ-CNPq) com o projeto “*Sistemas de Justiça Criminal e Segurança Pública, em uma perspectiva comparada: administração de conflitos e construção de verdades*,” sob a coordenação de Roberto Kant de Lima da UFF, tendo eu ficado como sub-coordenador do grupo de Brasília. As atividades deste projeto estão associadas às do projeto “*Segurança Pública e violência urbana: a descentralização de formas institucionais de administração de conflitos*,” que conta com recursos da FINEP. Neste contexto, mais recentemente, encaminhei ao CNPq projeto sobre “*Isonomia Jurídica, Desigualdade de Tratamento e Cidadania no Brasil*”, tendo como foco a análise da articulação entre direitos e concepções de igualdade em situações de conflito.

### **(I) Eticidade e Direitos: Brasil e EUA em Perspectiva**

O primeiro projeto organizou minhas pesquisas sobre direitos e cidadania no Brasil, tendo sempre como pano de fundo a experiência dos estudos feitos nos EUA. Logo no início do projeto fui um dos fundadores do grupo de discussão multidisciplinar sobre “*Democracia e Cidadania*”, que se reuniu semanalmente durante cerca de três anos na UnB (1992-1995), e cujas atividades eu coordenei durante um período.<sup>11</sup> Estas atividades motivaram a elaboração de quatro artigos sobre o tema (1992a; 1995a; 1996a; 1997b/1995), todos reunidos posteriormente em *Ensaios Antropológicos Sobre Moral e Ética* [EASME] (1996), publicado em co-autoria com Roberto Cardoso de Oliveira, e contendo quatro

---

<sup>10</sup> Foi feita uma tradução da tese a ser publicada pela EDUFF, mas a revisão do texto tem exigido a elaboração de muitas notas explicativas, assim como algumas alterações no original para torná-lo adequado ao público brasileiro. Espero concluir esta revisão até o final do ano.

<sup>11</sup> O núcleo deste grupo também contava com a participação de Jessé Souza, Caetano Araújo e Marcus Faro de Castro, aos quais se juntaram Eurico Santos, Maria Francisca P. Coelho e Mariza Peirano, que assumiu atividades de coordenação do grupo durante o ano de 1993.

ensaios de cada um de nós.<sup>12</sup> Dentre os meus ensaios creio que o de maior repercussão foi “Entre o justo e o solidário: Os dilemas dos direitos de cidadania no Brasil e nos EUA”. Além de ter sido publicado na *RBCS* (1996a), no livro supracitado e numa coletânea (1999f), depois de sua divulgação inicial na *Série Antropologia nº 185* (1995), diferentes versões do texto foram apresentadas em mesa redonda (TACPP 1993f) ou na forma de palestras no Brasil, no Canadá (TACPP 1995a) e nos EUA (TACPP 1996a).<sup>13</sup> Este artigo faz a transição entre a problemática dos direitos nos EUA e no Brasil, e já aponta, ainda que implicitamente, para o potencial da eventual incorporação do Quebec no quadro comparativo, ao dialogar pela primeira vez com a temática do reconhecimento, através da obra de Charles Taylor.<sup>14</sup> Assim, a idéia de respeito a direitos do cidadão genérico nos EUA é contrastada com o valor atribuído à consideração à pessoa no Brasil, na vida cotidiana, onde as categorias respeito e consideração faziam as vezes da tensão entre as idéias de justiça e solidariedade no plano da teoria moral ou da filosofia política sobre a democracia.

Argumento, então, que os dois países refletiriam desequilíbrios em direções opostas entre estas duas dimensões da cidadania, gerando déficits no que concerne à observação dos direitos dos atores, ainda que o déficit brasileiro seja apontado como muito mais grave do que o estadunidense, na medida em que motivaria o desrespeito a direitos básicos da cidadania. De todo modo, proponho que qualquer que seja a articulação entre as idéias de respeito a direitos e consideração à pessoa nos regimes democráticos contemporâneos, o eventual desequilíbrio nesta relação geraria sempre déficits de cidadania. Na mesma direção, falo com Berger na dificuldade de dar visibilidade ao insulto à honra ou à desconsideração nos EUA,<sup>15</sup> simetricamente equivalente à dificuldade brasileira em respeitar direitos daqueles nos quais não somos capazes de identificar a *substância moral das pessoas dignas*. Tanto num caso como noutro, são as evidências simbólicas que permitem a visualização, contrastiva, da situação da cidadania ou dos direitos nos dois países.

Os outros artigos publicados em minha seção do livro enfocam a cidadania e os direitos humanos no Brasil (1992a), uma discussão teórica sobre a possibilidade de fundamentação de decisões ou acordos judiciais no plano ético-moral (1997b/1995), tendo como referência a análise de dois casos empíricos nos EUA, e um artigo originalmente elaborado para um simpósio sobre Habermas na SBPC: "Justiça, Solidariedade e Reciprocidade: Habermas e a Antropologia" (LRCO 1995a).<sup>16</sup> Neste artigo, procuro

<sup>12</sup> Embora tratasse de tema pouco difundido à época na antropologia, o livro recebeu uma resenha bastante positiva em revista de referência na área: Soares, L. E. (1997) “A antropologia como experimento reflexivo e a ação ética do intelectual público”, in *Anuário Antropológico/96*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 207-220.

<sup>13</sup> Uma nova versão do texto em inglês deverá ser publicada brevemente em *Cultural Critique*.

<sup>14</sup> “The Politics of Recognition”, in A. Gutmann (org) *Multiculturalism and the Politics of Recognition*. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

<sup>15</sup> “On the Obsolescence of the Concept of Honor”, in S. Hauerwas & A. MacIntire (orgs.) *Revisions: Changing Perspectives in Moral Philosophy*, Indiana, University of Notre Dame Press, 1983.

<sup>16</sup> Trabalho apresentado na mesa-redonda “Racionalidade, Temporalidade e Subjetividade: Habermas e as Ciências Sociais”, no âmbito do *VI Congresso Brasileiro de Sociologia*, durante a *45ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência*, realizado em Recife, em julho de 1993.

repensar a relação entre os princípios de justiça e solidariedade por meio da articulação com a noção maussiana de reciprocidade, com o objetivo de realçar questões sujeitas à análise empírica. Procuo fazer aqui uma primeira aproximação com o lugar dos sentimentos no equacionamento dos conflitos, que em minha tese de doutorado aparece apenas através da expressão das emoções dos atores, em seus discursos sobre a percepção do insulto, quando demonstram dificuldade em formular estes eventos, ou atos de desconsideração, como uma agressão que mereça reparação. Retomo posteriormente este tema (LRCO 2004a), para caracterizar conflitos onde a qualidade do elo social entre as partes é o aspecto mais significativo do desentendimento entre elas, assim como o universo dos sentimentos de uma maneira geral vai ganhando mais espaço em minhas reflexões. Voltarei à questão da relação entre direitos e sentimentos mais adiante.

Mais ou menos na mesma época em que produzi os ensaios incluídos em EASME, publiquei outros cinco artigos sobre o tema (1990a; 1991a; 1992d; 1992f; 1994b), além de três trabalhos sobre a perspectiva antropológica (1992e/1993b; 1993a; 1995b), e três outros sobre temas diversos, incluindo um relatório de pesquisa (1992b), uma “Saudação a Roque de Barros Laraia” (1994a) — quando da recepção do título de Professor Emérito pela UnB —, e uma resenha do livro de Otávio Velho, *Besta-Fera: Recriação do Mundo* (1996b). Embora a identidade temática entre os artigos do primeiro grupo talvez não seja evidente, todos têm como foco a análise de conflitos e/ou a cidadania, ainda que esta se expresse em discussões como a gestão (1990a) e a extensão (1992f) universitárias. O artigo sobre antropologia jurídica (1992d) foi elaborado a partir do sexto capítulo de minha tese de doutorado e teve alguma repercussão entre pesquisadores interessados no tema, enquanto o último do grupo reproduz meus comentários à conferência de Ernest Gellner, quando da realização do ciclo de palestras sobre “O Relativismo Enquanto Visão de Mundo”, promovido pelo Banco Nacional de Idéias – Ciclo 1994. Ainda que de forma sintética, a crítica a Gellner procura conjugar questões de validade nas esferas cognitiva e normativa, para estabelecer a idéia de um relativismo crítico, não niilista e comprometido com a produção de conhecimento, contra uma visão rígida e absoluta sobre a verdade científica defendida por ele na palestra, mesmo que de forma sofisticada.

O chamado debate sobre a racionalidade na antropologia inglesa,<sup>17</sup> reunindo cientistas sociais e filósofos de uma maneira geral, e no qual Gellner tem uma posição destacada, assim como as discussões em torno do interpretativismo nos EUA,<sup>18</sup> têm sido interlocutores importantes sobre questões de validade desde o meu doutorado, e são retomados, em alguma medida, em dois dos três trabalhos sobre a perspectiva antropológica mencionados acima (1992e/1993b; 1995b). Em ambos, minha leitura do debate é informada pela hermenêutica filosófica ou crítica, especialmente pelas contribuições de Gadamer, Apel, Habermas e Ricoeur. Se tivesse que identificar numa frase a maior influência sobre a minha visão do problema, diria que é uma mistura da formulação de Habermas sobre o *participante virtual*, com a proposta de Dumont de que o pesquisador deve *colocar-se em*

<sup>17</sup> Veja as coletâneas editadas por B. Wilson (org), *Rationality*. London: Blackwell Publishers, 1977; e, M. Hollis & S. Lukes (orgs.) *Rationality and Relativism*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1982.

<sup>18</sup> Veja, inter alia, P. Rabinow & W. Sullivan (orgs.) *Interpretive Social Science: A Reader*. University of California Press, 1979.

*perspectiva*. De todo modo, o artigo de 1992/1993 foi originalmente o texto de abertura de um simpósio organizado por mim na XVII Reunião Brasileira de Antropologia em 1990, “Sobre a Vocação Crítica da Antropologia”, e foi divulgado inicialmente na *Série Antropologia n° 96* no mesmo ano, tendo sua publicação em revista ocorrido primeiramente no México (1992e). A publicação brasileira, no *Anuário Antropológico/90*, incluiu as contribuições dos demais participantes do simpósio.<sup>19</sup> Além de sugerir a idéia da *erupção* dos fatos etnográficos, como produto da fusão de horizontes entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, o texto defende a possibilidade de fundamentação da interpretação do antropólogo que deverá, num só tempo, encontrar respaldo na comunidade de pesquisadores e no ponto de vista nativo.

Quanto ao outro texto — “Quando fazer é refletir” —, elaborado para uma mesa redonda sobre a importância do ensino de filosofia para outras disciplinas, em 1993, a idéia era dialogar com a dimensão filosófica do *métier* antropológico, onde enfatizo o papel da reflexão na atividade de pesquisa, quando o antropólogo tem que repensar ou questionar suas categorias de entendimento para dar sentido à experiência no campo. Embora tenha sido divulgado integralmente na *Série Antropologia n° 150* (1993), a publicação em *Ciência Hoje* (1995b) é apenas um resumo do texto original. Assim como no texto sobre a “Vocação Crítica da Antropologia”, trata-se de um desdobramento da crítica que faço na tese de doutorado quanto à possibilidade da interpretação antropológica ser pensada como um empreendimento de duas etapas. Isto é, como se fosse possível descrever sem interpretar, ou como se esta fosse uma atividade ulterior do processo. Ao descrever o antropólogo sempre realça um ângulo particular da situação empírica de referência, sem que isto torne a sua etnografia menos real, menos válida ou menos fundamentada do que se o acesso fosse viabilizado sem qualquer tipo de filtragem ou ponto de vista. Aliás, graças a este “filtro” e ao caráter simbólico da vida social o conhecimento nas humanidades está sempre sendo renovado, e a própria vida social tem uma dinâmica que não se realizaria de outro modo.

## **(II e III) Concepções de Justiça, Resolução de Disputas e Comparação**

O segundo projeto, pensado para ampliar e renovar o quadro comparativo entre Brasil e EUA, teve como foco o Quebec e a crise constitucional canadense. O aprofundamento do diálogo com Charles Taylor e o caso quebequense trouxe à tona com toda a força a importância da identidade na compreensão de certos direitos, e novas possibilidades para refletir sobre o lugar dos sentimentos na experiência da cidadania. Aliás, a partir de 1997 as preocupações do segundo projeto são incorporadas às desenvolvidas no âmbito do terceiro projeto, centrado nos esforços de comparação entre os três universos de pesquisa investigados até então: Brasil, EUA, e Canadá/Quebec.

De todo modo, os principais resultados do segundo projeto foram divulgados em *Direito Legal e Insulto Moral* [DLIM] (LRCO 2002), que reúne sete artigos elaborados entre 1996 e 1999.<sup>20</sup> Apesar de terem sido escritos para ocasiões específicas e dissociadas

<sup>19</sup> Otávio Velho, Luiz Eduardo Soares, Rita Segato e José Jorge de Carvalho.

<sup>20</sup> A edição brasileira recebeu uma resenha no *Anuário Antropológico/2002-2003*, publicado em 2004, e a edição canadense, em francês (LRCO 2005), ensejou duas resenhas no Canadá e uma na França: R. Crépeau (2006) *Anthropologie et Société*, volume 30 número 3; G. Lanoue (2007) *Anthropologica*, January; D. Vidal

entre si, os respectivos artigos guardam uma forte unidade temática e representam o desenvolvimento de minhas idéias sobre a articulação entre as dimensões legal e moral dos direitos. Ainda durante meu período mais longo de pesquisa no Canadá, de agosto de 1995 a janeiro de 1997, redigi o primeiro artigo do livro: “Ação Afirmativa e Equidade”. Inicialmente divulgado numa coletânea sobre multiculturalismo e racismo,<sup>21</sup> o artigo procura refletir sobre a relação entre direito, identidade e equidade a propósito das propostas de implantação de programas de ação afirmativa no Brasil. O caráter da discriminação racial no Brasil e a discussão de políticas para alterar este quadro e/ou para compensar seus efeitos seria retomada em “Racismo, direitos e cidadania” (LRCO 2004b), escrito para um número especial de *Estudos Avançados*, dedicado à questão racial.

Se a incorporação do Quebec no quadro comparativo permite contrastar uma situação na qual a singularização do ator, por meio da identidade a ele atribuída, é um fator de desrespeito a direitos e de discriminação (o caso do Brasil) com situações nas quais a não observação da identidade específica do ator, ou de sua comunidade, é vivida como um *ato de desconsideração* ou como um *insulto* que desrespeita direitos (o caso do Quebec), a discriminação racial é apresentada nestes artigos como a ponta do iceberg da discriminação cívica no Brasil. Ou seja, a discriminação racial representaria um caso agudo e particularmente grave, cuja sistematicidade demandaria medidas focalizadas, de um padrão muito mais amplo de desrespeito a direitos.

Os demais capítulos de DLIM abordam a articulação entre direitos, insulto e cidadania nos EUA (capítulo 2), no Quebec (capítulos 3, 4 e 5), ou de forma explicitamente contrastiva entre as unidades de referência (capítulos 6 e 7), ainda que o quadro comparativo esteja no horizonte de todos os capítulos.<sup>22</sup>

Em “Legalidade e Eiticidade nas Pequenas Causas”, por exemplo, o segundo capítulo elaborado originalmente para uma publicação em homenagem aos 70 anos de Habermas (LRCO 1999e), renovo meu diálogo com o homenageado na análise das pequenas causas, agora enriquecido pela experiência de pesquisa no Quebec. Inspirado na ética discursiva e na teoria da ação comunicativa de Habermas,<sup>23</sup> mas crítico à pouca atenção dada por ele aos aspectos simbólicos do mundo da vida atrelados à experiência cotidiana do ator e ao ponto de vista nativo, aproveito a oportunidade para caracterizar melhor um tipo de agressão a direitos que não pode ganhar inteligibilidade sem a ênfase devida nos aspectos supramencionados. Trata-se do *insulto*, definido como uma agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida em evidências materiais, e que portanto tende a ser invisibilizada pelo judiciário. Neste ponto, o diálogo com a fenomenologia do fato moral de Strawson e com sua descrição da experiência do

(2006) *Cahiers des Amériques Latines* (revista do IHEAL/Paris 3), número 48-49, 2005/1 e 2. A tradução da resenha de D. Vidal saiu em *Horizontes Antropológicos*, ano 12, n. 26, em 2006, e a resenha de R. Crépeau ganhou uma versão ampliada no Brasil na revista *Campos* 7(1), 2006.

<sup>21</sup> Jessé Souza (org.) *Multiculturalismo e Racismo: uma comparação Brasil - Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, pp. 145-155.

<sup>22</sup> O caráter comparativo do livro, e suas implicações, é realçado em todas as resenhas listadas na nota 19, acima.

<sup>23</sup> Habermas, J. (1989) “Notas programáticas para a fundamentação de uma ética do discurso”, in *Consciência moral e agir comunicativo*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, pp. 61-141. E, (1984/1987) *The Theory of Communicative Action*. Boston: Beacon Press.

ressentimento são estratégicos para fundamentar o caráter objetivo do insulto.<sup>24</sup>

A percepção do ressentimento, retomada em outros capítulos, permite caracterizar uma distinção analítica importante entre atos cujo conteúdo se expressa melhor no plano das atitudes ou das intenções do que no plano das ações (ou comportamentos) em sentido estrito. Tal é frequentemente o caso do insulto e, se o ressentimento tem como referência sentimentos do agredido, o sentimento de indignação moral que Strawson identifica na seqüência marcaria a experiência de terceiros que presenciam o ato, dando assim substância à idéia de sentimentos socialmente compartilhados e contribuindo para a caracterização do insulto como uma agressão objetiva.

Deste modo, o lugar das emoções ou dos sentimentos ganha outro patamar na discussão da experiência do insulto e abre novas perspectivas para o diálogo com a obra de Mauss no quinto capítulo: “A Retórica do Ressentimento e a Evocação Obrigatória dos Sentimentos”. Se em seu famoso artigo Mauss fala na importância da expressão dos sentimentos como uma obrigação moral,<sup>25</sup> chamo a atenção para certos atos de desrespeito a direitos de difícil compreensão quando não articulados a sentimentos. Nestas circunstâncias, a evocação dos sentimentos dos atores desempenha papel relevante na percepção da agressão a direitos, como teria sido o caso da mobilização de parcela significativa do eleitorado quebequense quando do referendun sobre a soberania do Quebec em outubro de 1995.

Se, por um lado, o paralelo com a situação dos litigantes de pequenas causas apresentados no capítulo 2 é sugestivo, por outro lado, tal quadro aponta os limites das instancias jurídico-legais para equacionar conflitos envolvendo estes atos de desrespeito a direitos, tendo como corolário uma série de problemas de legitimação na medida em que os respectivos direitos não podem ser positivados. Além disso, como procuro argumentar no referido capítulo, a evocação de sentimentos e emoções em situações de conflito tem um caráter essencialmente ambíguo, que tanto pode iluminar a compreensão de direitos como motivar atitudes passionais e arbitrariedades da pior espécie.

A rigor, o tema dos sentimentos e das emoções tem sido recorrente em várias direções, e parece particularmente apropriado para lidar com a articulação entre direitos, identidades, cidadania e as políticas de reconhecimento. Aqui, a dimensão ritual das demandas por direitos assim como dos processos de reparação das ofensas a eles associadas é especialmente importante. A idéia presente nas várias abordagens antropológicas na análise de rituais — de que se trata de eventos que produzem coisas, às vezes não realizáveis de outras maneiras —, ilumina a compreensão das demandas por reconhecimento ou consideração. Pois, o sucesso de tais atos depende em alguma medida da *felicidade* (Austin) de sua dramatização. Neste sentido, o dialogo com Mariza Peirano e os colegas do Núcleo de Antropologia da Política (no âmbito do 3º projeto listado acima) inspirados numa perspectiva performativa (Tambiah) dos rituais contribuiu bastante para a minha compreensão do fenômeno. Em trabalho divulgado em período mais recente (LRCO 2005), cuja última versão foi aceita para publicação na RBCS, sugiro que há direitos e

---

<sup>24</sup> STRAWSON, P. 1974. “Freedom and Resentment”, em *Freedom and Resentment, and Other Essays*. Londres: Methuen & CO LTD, pp. 1-25.

<sup>25</sup> Mauss, M. (1979) “A expressão obrigatória dos sentimentos”, in R. Cardoso de Oliveira (org.) *Mauss*. São Paulo: Ática, pp. 147-153.



ofensas cuja compreensão demandaria processos de elaboração simbólica, assim como sua eventual reparação demandaria processos de elucidação terapêutica. Este trabalho foi originalmente apresentado em evento na Universidade Livre de Berlim (TACPP 2005e), e também já foi divulgado em francês, na revista eletrônica da ABA (LRCO 2007e).

Ainda no que concerne as emoções e os sentimentos, tenho um manuscrito incompleto, mas já apresentado em três conferências (TACPP 2004b; 2004c; 2004e), no qual procuro demonstrar as dificuldades do judiciário ao lidar com direitos e ofensas que suscitam a sua expressão. Utilizando exemplos da Austrália, dos Estados Unidos e do Brasil, assinalo como o direito positivo, ao não conseguir encaixar este tipo de caso em suas categorias padrão, interpreta o comportamento emotivo das partes e a expressão de sentimentos como sinal de insanidade mental.

O terceiro e o quarto capítulos de DLIM tem como foco o Quebec e os dilemas que as demandas por reconhecimento da identidade *québécoise* trazem para as concepções dominantes no ocidente sobre as idéias-valor de igualdade, democracia e cidadania. Em “Democracia, hierarquia e cultura no Quebec”, originalmente publicado em **Dados** (LRCO 1999a), tomo como objeto o problema constitucional canadense para refletir sobre a relação entre a idéia-valor de igualdade e a legitimação de assimetrias nas democracias contemporâneas. A discussão procura articular os limites do liberalismo político para lidar adequadamente com direitos associados a identidades coletivas, e seu impacto no respeito aos direitos do cidadão também no plano individual. Proponho então, inspirado em Dumont, a idéia de inversão valorativa entre níveis de maior e menor significação ou abrangência para repensar a noção de igualdade como tratamento uniforme nas sociedades individualistas contemporâneas (DLIM: 57-58). Voltaria a abordar o tema na V Reunião de Antropologia do Mercosul - RAM, em 2003, com a apresentação do manuscrito “Da tolerância ao reconhecimento: sobre o lugar da igualdade assimétrica nas democracias contemporâneas, como no Quebec por exemplo” (TACPP 2003i). Como veremos adiante, retomo o problema no último projeto que encaminhei ao CNPq a partir do ângulo oposto, para questionar as arbitrariedades provocadas por uma das vertentes das concepções de igualdade vigentes no Brasil, que a identifica com tratamento diferenciado, resultando efetivamente (neste caso) em tratamento desigual.

No quarto capítulo, divulgado inicialmente em **Estudos Históricos** (LRCO 1999g), volto minha atenção para os problemas decorrentes do formalismo embutido nas noções de “cultura política” (Rawls) e “patriotismo constitucional” (Habermas), que não dão a importância devida à dimensão substantiva da identidade e aos símbolos de cidadania a ela associados, sugerindo práticas que, a meu ver, implicariam a alienação da consciência cívica do cidadão, na medida em que este seria orientado a neutralizar a sua identidade enquanto ator (DLIM: 72).

Finalmente, os dois últimos capítulos de DLIM procuram enfatizar a tensão entre as dimensões legal e moral dos direitos contrastando dilemas da cidadania nas três unidades empíricas de referência. “Direitos republicanos, identidades coletivas e esfera pública no Brasil e no Quebec” é produto de duas intervenções na *Amerikakonferenz*, realizada em Erfurt (Alemanha) em dezembro de 1998 (TACPP 1998f). Uma versão modificada da parte referente ao Quebec foi publicada na coletânea que reuniu os trabalhos apresentados em Erfurt (LRCO 2002b). De todo modo, o texto compara a dificuldade brasileira em universalizar direitos devido à seletividade da manifestação de consideração à pessoa do

cidadão e à diferenciação por profissões/ocupações no acesso a direitos sociais, com a dificuldade canadense em reconhecer a singularidade quebequense e as demandas por direitos daí decorrentes. Tanto as práticas de discriminação cívica, características do Brasil, como a não observação sistemática dos direitos coletivos dos quebequenses, no Canadá, trazem à tona uma dimensão ético-moral dos direitos que não pode ser contemplada por meios exclusivamente legais, mas que demandariam também mudanças no plano das atitudes dos atores. Trata-se de situações nas quais o respeito a direitos demandaria o reconhecimento de um valor ou mérito no interlocutor, e eventualmente a capacidade de expressar este reconhecimento ou consideração adequadamente.

O livro é concluído com um capítulo sobre “Individualismo, identidades coletivas e cidadania: os Estados Unidos e o Quebec vistos do Brasil”. Uma versão preliminar do texto foi apresentada no “Primer Congreso Internacional de Especialistas Latinoamericanos en Estudios sobre Estados Unidos y Canadá”, realizado nos dias 25 e 26 de novembro de 1999 na Cidade do México (TACPP 1999e), e publicada no terceiro volume da edição que reuniu os trabalhos lidos no evento (LRCO 2003). O trabalho também foi divulgado na *Série Antropologia* em inglês (LRCO 2000) e em português (LRCO 2001). Como sugere o título, procuro reverter o eixo comparativo padrão dos trabalhos sobre cidadania produzidos no Brasil, inquirindo sobre o que a experiência brasileira sobre o tema teria a “ensinar” aos Estados Unidos e ao Canadá.

Embora retome argumentos já enunciados ao longo do livro, apenas enfatizando como o contraste entre as diferentes maneiras de perceber e lidar com o insulto pode ser esclarecedor dos dilemas da cidadania nos EUA e no Canadá, creio que o capítulo contribui para dar maior equilíbrio à perspectiva comparativa proposta no livro. A propósito, tal equilíbrio é apontado em pelo menos três das resenhas mencionadas acima como um dos aspectos mais atraentes do livro e motivou minha aproximação intelectual com Laurent Thévenot,<sup>26</sup> que em nossas interações não se cansa de caracterizar o livro como exemplo do tipo de “comparação simétrica” que ele perseguiria em seu próprio trabalho. O diálogo com ele aguçou minha sensibilidade para o tema das comparações simétricas sobre o qual falarei um pouco adiante.

Quase todos os artigos publicados no período em associação aos projetos II e III já foram mencionados, com exceção de traduções para outras línguas (LRCO 1999c; 1999d; 2004d; 2007a), uma republicação (LRCO 2006b), e quatro outros artigos (LRCO 1998/2001a; 1999b; 2002a; 2004c). Um destes últimos reúne versões preliminares de dois capítulos de DLIM (1999b), outro é um artigo de opinião que trata da política do Estado para o ensino superior (2002a), enquanto os outros dois tratam, respectivamente, da perspectiva antropológica sobre direitos humanos e sobre ética de pesquisa. Apesar de ter sido publicado duas vezes, o artigo sobre direitos humanos (1998/2001) apenas enuncia o tema de forma muito breve e não merece qualquer comentário. Já o artigo sobre ética de pesquisa (2004c) enfrenta com maior densidade os problemas, para os antropólogos, decorrentes da regulação instituída pelo CONEP (Conselho Nacional de Ética em Pesquisa) na área.

Originalmente elaborado a partir da transcrição de intervenção em evento

---

<sup>26</sup> Laurent Thévenot lidera, ao lado de Luc Boltanski, o *Groupe de Sociologie Politique et Morale* (GSPM) na EHESS em Paris, e nos conhecemos durante meu estágio pós-doutoral na França em 2006.

promovido pela ABA em Porto Alegre (TACPP 2000e), e de notas para duas outras apresentações (TACPP 2000d e 2001b), o artigo propõe uma distinção importante entre “pesquisas *em* vs. pesquisas *com* seres humanos”. Além de demonstrar a arbitrariedade das resoluções do CONEP no que concerne às atividades de pesquisa na antropologia, o texto chama a atenção para uma série de aspectos éticos significativos nestas atividades e inteiramente desconsiderados pelo órgão regulador. Dou como exemplo a negociação da identidade do pesquisador e sua responsabilidade sobre a divulgação dos resultados da pesquisa. Os problemas abordados neste artigo assim como nas demais contribuições publicadas no mesmo volume editado pela ABA se mantêm praticamente inalterados, e me parece que a maior dificuldade de nosso diálogo com o órgão regulador se deve em grande medida à quase total impermeabilidade da área biomédica às evidências simbólicas, que não podem ser adequadamente acessadas a partir da perspectiva unilateral e objetivista do observador.

#### **(IV) A França Como Contraponto**

Se a pesquisa no Quebec foi motivada pelas demandas de reconhecimento e suas conexões com a problemática da consideração, num país onde a ideologia individualista e o respeito aos direitos do cidadão genérico é claramente predominante, o projeto na França (LRCO 2006a) tinha o objetivo de ampliar o horizonte comparativo confrontando os resultados dos projetos anteriores com a vertente republicana da ideologia individualista. Até então o pólo individualista era exclusivamente representado pelo liberalismo anglo-saxão, que guarda fortes distinções quando comparado ao republicanismo francês. Neste sentido, ainda que o republicanismo francês tenha aparentemente maiores dificuldades que o liberalismo anglo-saxão para lidar com direitos coletivos, como a resistência a políticas multiculturalistas na França sugere, a ênfase dada à *vontade geral* rousseauiana e o espaço dado aos ideais de fraternidade no âmbito da república indicam uma preocupação mais acentuada com a questão da solidariedade.

Também é importante assinalar que a influência do republicanismo francês na elite política brasileira, especialmente no campo da esquerda, torna a França um contraponto particularmente atraente no meu quadro comparativo sobre os dilemas da cidadania na contemporaneidade. Além de ser o berço da clivagem política entre esquerda e direita, é interessante notar o espaço e os sentidos ocupados pela política na visão de mundo dos franceses,<sup>27</sup> que não se reproduz da mesma maneira em nenhum dos universos de pesquisa estudados por mim anteriormente. Não só esquerda e direita são categorias de uso corrente pela população de uma maneira geral, que se identifica com frequência por meio delas, mas a própria geografia de Paris ganha sentido nestes termos, como a simbologia em torno das margens direita e esquerda do rio Sena expressa.

Como originalmente concebido, o objetivo do projeto era inquirir sobre a relação entre direito, cidadania e identidade na França a partir do exame de duas questões: o impacto “(1) da lei promulgada em 2004 proibindo a utilização de símbolos religiosos nas escolas públicas, e (2) do **NÃO** francês à Constituição Européia no plebiscito realizado recentemente, em 29 de maio de 2005” (LRCO 2006a: 2). Do meu ponto de vista, ao

---

<sup>27</sup> Veja, a propósito, o livro de L. Dumont (1994) *German Ideology — From France to Germany and Back*. Chicago: The University of Chicago Press.

mesmo tempo em que as duas questões trazem à tona a relação entre direito e identidade, o fazem a partir de perspectivas opostas que seria interessante articular. Enquanto a primeira enfatiza a idéia de uniformidade e nega a legitimidade de diferenças no espaço público, de acordo com a tradição, que pensa a cidadania de forma totalmente dissociada da cultura, a segunda chama a atenção para a preocupação quanto à preservação de certos aspectos da singularidade francesa numa Europa constitucionalmente integrada como unidade política privilegiada, assumindo funções que hoje ainda estão nas mãos do Estado-Nação.

Por uma série de circunstâncias tive que fazer várias adaptações a esta proposta. Assim, ao lado de minhas leituras sobre o debate público em relação às duas questões indicadas acima, acompanhei as discussões na imprensa e observei as mobilizações sociais em torno de dois outros temas que monopolizaram a opinião pública durante meu estágio na França: a crise da CPE (contrato de primeiro emprego) e a nova lei de imigração, proposta pelo então ministro do interior e pré-candidato a presidente Nicolas Sarkozy. De certa forma, estes temas retomam as questões que motivaram o projeto, e tinham a vantagem de estarem sendo discutidos e dramatizados cotidianamente na minha frente. Como resultado, recolhi um material rico e abrangente sobre o qual pretendo trabalhar nos próximos meses, para planejar um retorno ao campo no futuro próximo. Inclusive, tomei conhecimento de uma literatura rica e interessante de base sociológica, que ainda não pude examinar adequadamente. Trata-se de ensaios produzidos por autores oriundos da imigração, os quais, não obstante as críticas, internalizaram a ideologia do republicanismo francês.<sup>28</sup> Aliás, continuo acompanhando, via Internet e TV a cabo, alguns desdobramentos do debate.

Esta primeira etapa, entretanto, já permitirá o desenvolvimento de reflexões melhor balizadas e a elaboração de artigos sobre o tema, assim como a renovação de minha discussão do material colhido em pesquisas anteriores no Brasil, Estados Unidos e Canadá-Quebec. Meu último projeto, que será abordado no próximo item (V), já incorpora parte de minhas reflexões iniciais sobre a modalidade republicana de lidar com os direitos, a cidadania e as concepções de igualdade.<sup>29</sup>

As excelentes condições de trabalho encontradas no LAIOS (Laboratório de Antropologia das Instituições e das Organizações Sociais), sob a direção de Marc Abélès, em muito colaboraram para o bom desenvolvimento de minhas atividades de pesquisa. Além de Abélès, havia um pequeno grupo de colegas fazendo pesquisa na Europa, e a interação cotidiana com eles ampliou significativamente meu horizonte sobre os problemas abordados na pesquisa.<sup>30</sup> Contudo, meu estágio na França também estimulou a renovação de dois aspectos importantes de minhas atividades de pesquisa: (A) a questão da comparação; e, (B) a articulação entre reciprocidade e políticas de reconhecimento.

(A) O primeiro aspecto está fortemente associado à divulgação da tradução de DLIM para o francês (LRCO 2005), e veio à tona repetidamente desde a palestra que fiz sobre ele pouco depois de minha chegada em Paris (TACPP 2006c). Dado o contexto e as

<sup>28</sup> Ver, especialmente, N. Guénif-Souilamas (org.) *La république mise à nu par son immigration*. Paris: La Fabrique éditions, 2006.

<sup>29</sup> A eleição para presidente da ABA logo após o meu retorno da França e outros compromissos acadêmicos não têm permitido trabalhar este material como eu gostaria.

<sup>30</sup> Refiro-me especialmente a Catherine Neveu, Sophie Wahnich, e Denis Labord.

características do livro, que abordava material empírico colhido em longos períodos de pesquisa fora do Brasil, fui motivado a apresentar a perspectiva orientando sua elaboração por meio de contrastes com a perspectiva adotada pelos brasilianistas. Ainda há relativamente poucas etnografias produzidas por antropólogos brasileiros baseadas em pesquisa de campo feita fora do Brasil (veja Peirano 2004, supra), embora o número venha aumentando nos últimos anos, e eu havia sido convidado a falar em seminário organizado pelo Centre de Recherches du Brésil Contemporain, onde habitualmente fala-se exclusivamente sobre o Brasil.

A grande maioria da produção brasileira é fruto de pesquisas realizadas dentro do país, mas temos muita experiência, enquanto comunidade acadêmica, na interação com pesquisadores de outros países que fazem pesquisa aqui; os chamados brasilianistas. Trata-se, usualmente, de pesquisadores de origem norte-americana ou européia, cujo trabalho tem como principal objetivo alcançar leitores em seus próprios países, fornecendo-lhes uma interpretação elucidadora da situação encontrada além-mar, a partir de preocupações compartilhadas em seus países, sem se preocupar muito em atentar para os problemas ou perspectivas vigentes nos grupos intelectuais locais. Caracterizei recentemente tal perspectiva como estando marcada por uma certa unilateralidade de interesses, cuja eventual inversão não faria sentido para um antropólogo brasileiro pesquisando em outro país (TACPP 2007ze).<sup>31</sup> Nem todo trabalho de pesquisador estrangeiro se enquadraria nesta descrição, como por exemplo o livro de Dominique Vidal sobre empregadas domésticas no Rio,<sup>32</sup> e nem todos os trabalhos que se enquadrariam teriam problemas interpretativos decorrentes deste posicionamento. Aliás, há uma literatura grande e de boa qualidade produzida por brasilianistas, apenas não preocupada em estabelecer um diálogo mais denso com grupos intelectuais locais, cujos resultados frequentemente geram pouco interesse entre nós, mas há também aqueles trabalhos cuja unilateralidade de perspectiva e interesses está associada a dificuldades relevantes na compreensão do universo pesquisado, como a etnografia de Nancy Scheper-Hughes, por exemplo.<sup>33</sup>

Em qualquer hipótese para mim era importante situar meu trabalho como estando orientado por uma perspectiva bastante diferente da que associei aos brasilianistas, em pelo menos dois aspectos: (1) queria estudar fenômenos a partir dos quais pudesse estabelecer um diálogo que motivasse o interesse de grupos intelectuais locais, tanto nos EUA como no Canadá-Quebec; e, (2) o empreendimento de pesquisa estava associado a um projeto mais amplo de aprimorar minha compreensão sobre o Brasil, que jamais deixaria de ser uma referência consciente em meu olhar sobre a realidade além-mar, o que Peirano identifica como um vínculo ideológico com o Brasil (2004, supra). Tal preocupação, também

---

<sup>31</sup> Argumento que esta unilateralidade de interesses expressa no trabalho de brasilianistas supõe o ponto de vista de quem está situado em uma potência mundial, o que não faria sentido para quem fala a partir do Brasil. Além disso, transformações nas condições de comunicação em um mundo globalizado também dificultariam a reprodução, entre nós, de perspectivas marcadas por tal unilateralidade de interesses, mesmo que o Brasil venha assumir alto grau de liderança no cenário mundial.

<sup>32</sup> D. Vidal consegue estabelecer um diálogo interessante com cientistas sociais brasileiros e sensível à perspectiva destes, em seu livro *Les bonnes de Rio : emploi domestique et société démocratique au Brésil*. Lille : Septentrion, 2007.

<sup>33</sup> Scheper-Hughes, Nancy, *Death Without Weeping: the violence of everyday life in Brazil*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1992.

presente em outras vertentes da antropologia brasileira, como nos estudos sobre contato interétnico, para ficarmos apenas neste exemplo, levou-me a caracterizar a perspectiva mais ampla vigente no Brasil como aquela que concebe a antropologia “como uma via de mão dupla” (TACPP 2007ze). De todo modo os dois aspectos estão fortemente presentes em DLIM, e são acentuados nas resenhas supra citadas e no comentário de Thévenot sobre comparações simétricas. De fato, a dimensão de simetria representa bem a orientação da perspectiva comparativa desenvolvida no livro, mas, do meu ponto de vista, sua importância está na qualidade do nível de dialogia obtido neste tipo de comparação, que poderia estar igualmente contemplado em trabalhos menos comparativos.

Minha preocupação era (e continua sendo) de empreender uma investigação que viabilizasse não apenas um rico diálogo com os sujeitos da pesquisa (preocupação tradicional dos antropólogos, inclusive dos brasilianistas), mas que também despertasse interesse nos grupos intelectuais locais de modo a que pudessemos trocar visões e compartilhar perspectivas consideradas relevantes por ambas as partes, ainda que atribuíssemos significados diferentes a elas. Evidentemente, a preocupação em refletir sobre o ponto de partida de minhas observações assim como sobre as implicações da pesquisa para aprimorar a compreensão sobre o Brasil se mantém, mesmo que a comparação sistemática não seja um objetivo precípua do empreendimento.

Depois da experiência na França, onde o contraste com os brasilianistas sempre suscitava debates, tive oportunidade de retomar o tema em pelo menos cinco ocasiões: (1) na VII RAM, realizada em julho do ano passado em Porto Alegre, onde minha intervenção tinha como título “Trocias em *portunhol*: por uma antropologia de dialogias simétricas” (TACPP 2007r); (2) na exposição que fiz sobre os interesses de cooperação da antropologia brasileira no CAPES-British Academy Meeting em Londres no dia 12 de setembro de 2007 (TACPP 2007x); (3) no *paper* apresentado na última reunião da American Anthropological Association, em Washington, DC no mês de dezembro do ano passado (TACPP 2007ze);<sup>34</sup> (4) na Reunión de Cooperación Educativa Brasil-México em fevereiro de 2008, na Cidade do México (TACPP 2008a); e, (5) em conferência proferida no CIESAS, também na Cidade do México, com o título “Rumbos de la antropología aplicada en Brasil y México en la actualidad” (TACPP 2007za), em 27 de setembro de 2007. Eu falei sobre o Brasil e Fernando I. Salmeron Castro, presidente do Colegio de Etnólogos y Antropólogos Sociales - CEAS falou sobre o México.

Em todos estes eventos acentuei o interesse dos antropólogos brasileiros nas comparações simétricas e em parcerias dialógicas, chamando atenção para a nossa preocupação com a troca de perspectivas, e não apenas em compartilhar dados. Além de evocar o exemplo da interação entre grupos de pesquisa no Brasil e na Argentina que trocam experiências de pesquisa entre pesquisadores dos dois países, que fazem pesquisas em ambos, estimulados pelo intercâmbio na RAM, sugeri que este tipo de cooperação poderia trazer novas questões e perspectivas para o debate teórico mais amplo na antropologia como disciplina.

(B) A articulação entre as discussões em torno da dádiva e da perspectiva maussiana sobre a reciprocidade de um lado, e as políticas de reconhecimento do outro, foi estimulada pelos encontros com Alain Caillé, Axel Honneth, e os pesquisadores do GSPM,

---

<sup>34</sup> “Dialogical and Power Differences in World Anthropologies”.

especialmente Laurent Thévenot.

Na semana seguinte à minha chegada em Paris pude participar, como ouvinte, de seminário envolvendo pesquisadores do GSPM e da Escola de Frankfurt, que comparavam e discutiam as respectivas perspectivas enquanto modalidades de teoria crítica. Os dois grupos compartilham uma visão de orientação crítica na sociologia ou na teoria social que não admitiria traços de unilateralidade na perspectiva do intérprete, ainda que tenham concepções bastante diferentes sobre como proceder nesta direção, e sob este aspecto se aproximariam das preocupações dos antropólogos com o ponto de vista nativo.<sup>35</sup> Embora não possa elaborar sobre este ponto aqui, gostaria apenas de assinalar que uma antropologia crítica, com a qual me identificaria, procuraria equacionar o problema debatido pelos respectivos grupos no seminário a partir da articulação entre as dimensões simbólica, material e contra-intuitiva da vida social, com ênfase na etnografia. De todo modo, as discussões tinham como eixo ou contraponto as propostas de renovação da teoria crítica apresentadas por Honneth a partir da problemática do reconhecimento, e foi neste quadro que situei meu diálogo com os interlocutores, a partir de minhas preocupações de pesquisa voltadas para a articulação entre cidadania, direitos, reconhecimento, consideração e sentimentos. Isto é, dentro de uma perspectiva comparativa que procurava realçar a articulação entre as três dimensões da vida social mencionadas acima.

Esta aproximação inicial no seminário possibilitou uma série de outros encontros com colegas do GSPM para discutir meu projeto de pesquisa na França, e viabilizou minha participação numa longa sessão de discussão com Honneth que reuniu apenas 7 pessoas. Dentre as quais, 5 sociólogas ou filósofas que trabalham sobre perspectivas de gênero, preocupadas com uma ética e uma política do *care*.<sup>36</sup> As outras duas pessoas presentes éramos eu e Honneth. Fui convidado por Patrícia Paperman, a coordenadora do grupo, com quem havia discutido as contribuições de Carol Guilligan sobre uma moral calcada na perspectiva do *care*.<sup>37</sup> Durante meu doutorado em Harvard havia tido oportunidade de discutir aspectos do livro de Guilligan com Habermas e Kohlberg, ambos bastante críticos ao texto. Agora tinha a possibilidade de retomar o tema com Honneth, ex-aluno e herdeiro intelectual de Habermas.

Do meu ponto de vista a perspectiva de Guilligan tem enriquecido o debate sobre direitos nos EUA, a partir de sua preocupação com gênero, ao chamar a atenção para a dimensão relacional dos direitos, excessivamente focados no indivíduo, ou no que os comunitaristas chamariam de *unencumbered-self*. Não deixa de ser interessante a

---

<sup>35</sup> Na visão frankfurtiana a ênfase na articulação do ponto de vista do ator com a teoria estaria no foco em instâncias de transcendência intramundana e na práxis ou saber pré-científico/pré-teórico (*vorwissenschaftliche Instanz*) a elas associado, enquanto na perspectiva do GSPM a atenção estaria voltada para a multiplicidade de formas de *justificação* empiricamente encontradas e suas pretensões de legitimação. Veja, respectivamente, A. Honneth (2007) *Disrespect: The normative Foundations of Critical Theory*. Cambridge, UK: Polity Press, pp. 63-79; e, L. Boltanski e L. Thévenot (1991) *De la justification: Les économies de la grandeur*. Paris: Galimar, pp. 39-59.

<sup>36</sup> Pelo menos 3 destas pesquisadoras colaboraram num numero especial de *Raisons Pratiques* (Le souci des autres: étique et politique du *care*), organizado por duas delas: Patrícia Paperman e Sandra Laugier. Trata-se do número 16, com data de 2005, mas lançado em 2006, durante meu estágio.

<sup>37</sup> C. Guilligan (1993-1982) *In a Different Voice: psychological theory and women's development*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

apropriação desta problemática na França, e precisaria refletir mais sobre o seu impacto nas questões que orientam minhas indagações sobre o republicanismo. De imediato, entretanto, tratava-se de um gancho interessante para retomar a discussão com Honneth sobre o reconhecimento e suas conexões com a questão da consideração, que me interessam de perto. Nos engajamos em uma discussão estimulante para mim, mas que infelizmente não foi possível retomar após o evento.

Apesar de a arquitetura conceitual elaborada por Honneth para abordar a problemática do reconhecimento ser mais abrangente do que as de Taylor ou Fraser, seu nível de análise não permite, a meu ver, um enfrentamento adequado da simbólica do reconhecimento na vida cotidiana. Neste contexto, minha crítica a ele é similar à que esbocei acima em relação a Habermas, ainda que identifique, na preocupação com o reconhecimento, um passo positivo em direção à incorporação dos sentimentos e do ponto de vista dos atores na análise. A rigor, parece-me que no plano conceitual a proposta de Honneth não consegue captar adequadamente a dimensão das demandas por reconhecimento que cobram a valorização de um mérito intrínseco ao grupo ou sujeito que faz a demanda. A manifestação ou obtenção de estima social em Honneth está excessivamente associada ao terceiro princípio de sua teoria de justiça/reconhecimento que ele chama de *achievement* na tradução para o inglês (*Leistung*, no original), que avalia a contribuição individual de cada um para a reprodução social, condicionando em alguma medida a estima ou reconhecimento a realizações (ou ao desempenho) mensuráveis do ator.<sup>38</sup>

Parece-me, também, que a formulação de Taylor (1994 supra) capta melhor este aspecto, ao assinalar que as demandas por reconhecimento incorporam a necessidade de identificação de um valor intrínseco ao grupo, o que eu tenho interpretado como uma demanda pelo reconhecimento de méritos dissociados de desempenho (DLIM, in passim), de difícil fundamentação no âmbito da ideologia individualista que predomina no ocidente. Caillé procura dar conta deste mesmo aspecto ao indicar, a partir da perspectiva da dádiva, que as demandas por reconhecimento aglutinariam uma dimensão extrínseca e outra intrínseca.

No que concerne à dimensão intrínseca do valor ou mérito que se quer reconhecido, gostaria de propor a idéia de que tal demanda teria pelo menos duas características: (1) ela reivindica a disponibilidade do interlocutor em compreender e aprender a apreciar a singularidade do grupo demandante, em situações nas quais a recusa em fazê-lo é tomada como uma manifestação de desapreço e, portanto, como um insulto; (2) embora o valor ou mérito aqui reivindicado não seja concebido como algo mensurável, e sujeito à uma avaliação externa, ele é vivido como algo demonstrável a terceiros, pelo menos aqueles dispostos a estabelecer relações de respeito e atenção recíprocos, a única modalidade de interação considerada legítima nestas circunstâncias. Desenvolvo um pouco a importância destas duas características no artigo “Honra, dignidade e reciprocidade” (LRCO 2004a), já citado — também publicado em espanhol (LRCO 2004d) e em francês (LRCO 2007a) —, e no manuscrito que apresentei no final de 2006, “Reconnaissance, don et équité” (TACPP

---

<sup>38</sup> Os outros dois princípios na teoria de Honneth são a igualdade e o amor. Veja A. Honneth (2003) “The Point of Recognition: A Rejoinder to the Rejoinder,” in N. Fraser & A. Honneth, *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. London: Verso, pp. 337-267.



2006t), no colóquio organizado por Caillé, em Paris, com o título “La sociologie face à la question de la reconnaissance”. A observação de Caillé sobre as duas dimensões do reconhecimento se deu em sua fala neste mesmo evento.

De fato, a articulação entre as problemáticas da dádiva e do reconhecimento amplia as possibilidades de compreensão de certas demandas por direitos, e continuo em diálogo com Caillé, que me convidou para o Colóquio Internacional programado para junho de 2009 em Cerisy-la-Salle, com o título *Mauss vivant*. Neste contexto, um tema conexo e igualmente importante para a compreensão dos direitos de cidadania é aquele que retoma a discussão sobre a noção de pessoa. A interlocução com Anne Raulin, colega de departamento de Caillé em Nanterre, tem sido particularmente significativa e um dos produtos desta interação é um de meus artigos mais recentes, “Respect des droits et considération de la personne au Brésil”, aceito para publicação no *Cahiers Internationaux de Sociologie* (LRCO 2008).

Finalmente, além de vários outros encontros com colegas e estudantes em Paris, e das publicações já mencionadas, fiz mais uma palestra sobre a versão francesa de DLIM (LRCO 2005), quando do lançamento do livro em Belleville (TACPP 2006d), e duas conferências em países próximos: (1) “Violence and citizenship in Brazil: a comparative perspective”, em Oxford (TACPP 2006e); e, (2) “Racismo, direitos e cidadania”, realizada no Instituto de Ciências Sociais em Lisboa (TACPP 2006f).

#### **(V) Isonomia Jurídica, Desigualdade de Tratamento, e Concepções de Igualdade**

Se a relação entre direitos, cidadania e equidade é uma preocupação presente em todos os projetos mencionados acima, e a pesquisa no Canadá-Quebec já explora um pouco os limites da concepção de igualdade predominante no liberalismo anglo-saxão, posteriormente cotejada com aquela vigente no republicanismo francês, este último projeto pretende examinar a singularidade brasileira neste aspecto, assim como suas implicações para se pensar democracia e cidadania em termos mais amplos. Durante os últimos anos, procurei pensar os dilemas brasileiros a partir da nossa dificuldade em universalizar direitos devido a uma visão de mundo com tendências hierarquizantes, que entraria como que clandestinamente em nosso mundo cívico e no espaço público de uma maneira geral. Assim, contrastava os valores igualitários com forte presença em nossa esfera pública, com a dificuldade de agirmos e interagirmos de acordo com estes valores no espaço público, o que me fez propor a existência de uma certa desarticulação entre esfera e espaço públicos no Brasil (DLIM). Embora ainda goste da formulação, ela hoje me parece insuficiente. Pois, acredito que a dimensão hierárquica de nosso espaço público se mistura com uma certa visão de igualdade também presente em nossa esfera pública, tornando todos os problemas associados ainda mais complicados.

Um de meus principais interlocutores neste empreendimento tem sido Roberto Kant de Lima, coordenador geral do projeto PRONEX 2006 mencionado acima, com quem tenho tido um diálogo estreito sobre o tema, especialmente a partir da publicação de DLIM, em 2002. Kant de Lima chama a atenção que isonomia jurídica e desigualdade de tratamento não expressam necessariamente uma contradição, mas um paradoxo,<sup>39</sup> e sua articulação

---

<sup>39</sup> R. Kant de Lima, (1995) *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: Seus Dilemas e Paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense (2ª edição revista).

certamente revela uma das principais peculiaridades do exercício da cidadania entre nós. Pois, se é verdade que a noção de cidadania enquanto referência central para a compreensão das democracias ocidentais está inapelavelmente associada à idéia de igualdade, esta última pode ser portadora de múltiplos significados, articulados de forma diversa em contextos sócio-culturais específicos, e esta variedade talvez não caiba na idéia mestra de *igualdade de tratamento* que marcaria um certo consenso na filosofia política pós-kantiana.<sup>40</sup>

De todo modo, se no Brasil podemos identificar uma tensão entre a visão de igualdade expressa por Rui Barbosa, segundo a qual deve-se tratar desigualmente os desiguais na medida em que se desiguam (tratamento diferenciado),<sup>41</sup> e aquela que prega tratamento uniforme mais em acordo com os princípios modernos da cidadania, nos EUA e no Canadá o princípio do tratamento uniforme tem sido questionado por movimentos sociais, na defesa de direitos multiculturais (EUA) ou nacionais (Quebec), que identificam no tratamento uniforme uma dimensão importante de desigualdade. Na mesma direção, como indiquei acima, a idéia de tratamento uniforme predominante no liberalismo anglo-saxão, não é exatamente a mesma daquela vigente no republicanismo francês, igualmente resistente à idéia de tratamento diferenciado no plano da cidadania.

Os dilemas da desigualdade no Brasil constituem tema corriqueiro de todos os debates envolvendo projetos de reforma (de todo tipo) ou perspectivas para o desenvolvimento econômico, social e político do país. Neste sentido, quando se fala em desigualdade social a ênfase da literatura e do debate político está frequentemente nas diferenças de renda, de condição de vida ou de acesso a benefícios diversos, onde se valoriza a dimensão material ou substantiva da desigualdade. Entretanto, dirijo minha atenção neste projeto a uma dimensão correlata, também importante, e que nem sempre tem merecido a atenção devida. Refiro-me à desigualdade de tratamento, e de modo especial à maneira como este padrão de desigualdade é vivido em algumas de nossas instituições de justiça. Tal orientação é parcialmente inspirada na interpretação de Marshall sobre o desenvolvimento da cidadania na Inglaterra,<sup>42</sup> onde o autor assinala que a igualdade de tratamento e o acesso à justiça seriam os principais símbolos das mudanças ocorridas com a introdução deste novo status social. Além disso, ao caracterizar a cidadania como um status (igualitário), a formulação de Marshall associa os respectivos direitos a uma identidade determinada, ainda que esta seja concebida como plenamente compartilhada e universalizável entre os cidadãos. Isto é, ela permite uma articulação imediata com a

---

<sup>40</sup> Segundo Honneth os últimos trabalhos de Derrida, em diálogo com a obra de Levinas, constituiriam uma exceção à regra na medida em que defenderiam uma oposição produtiva à idéia de igualdade de tratamento. Tal perspectiva seria desenvolvida em sua análise das relações de amizade, que seriam geridas por um princípio de responsabilidade sustentado por dimensões ou aspectos de assimetria, na medida em que os atores estariam obrigados a responder às insistentes demandas e apelos dos amigos sem considerar deveres recíprocos (A. Honneth, 2007, "The Other of Justice: Habermas and the Ethical Challenge of Postmodernism", in A. Honneth *Disrespect: The Normative Foundations of Critical Theory*. Cambridge, UK: Polity Press, pp. 99-128..

<sup>41</sup> Sobre a visão de Rui Barbosa, ver R. Teixeira Mendes (2005) "Igualdade à Brasileira: Cidadania como Instituto Jurídico no Brasil", in M. S. Amorim, R. Kant de Lima & R. L. Teixeira Mendes (orgs.) *Ensaio sobre a Igualdade Jurídica: Acesso à Justiça Criminal e Direitos de Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, pp. 1-33.

<sup>42</sup> T.H. Marshall, (1976) *Class, Citizenship and Social Development*. Connecticut: Greenwood Press.

problemática da dignidade, da consideração e do reconhecimento, à qual venho me dedicando faz algum tempo.

Por um lado, temos uma constituição liberal que enfatiza a importância da igualdade de direitos a todos os cidadãos. Por outro lado, nossas leis recomendam tratamento desigual em certas circunstâncias (e.g. o instituto da prisão especial), e frequentemente nos orientamos por regras particularistas no espaço público. Aqui, o favor, as relações pessoais e a disputa por privilégios ganham um lugar de destaque. Inspirado neste quadro, sugeri a existência de uma certa desarticulação entre esfera pública e espaço público no Brasil (DLIM: 12-13), que viabilizaria a convivência relativamente harmônica entre os princípios de isonomia jurídica e tratamento desigual. Contudo, manifestações demandando tratamento igualitário (i.e., uniforme), como a exigência cada vez mais freqüente de obediência a filas ou a crítica ao fórum privilegiado dos políticos na esfera judicial, por exemplo, sugerem não apenas a existência de uma tensão entre as duas concepções de igualdade mencionadas acima, mas também que a eventual aceitação de tratamento diferenciado ou desigual não pode ser generalizada, e talvez esteja circunscrita a determinadas situações ou relações sociais. Em que medida poderíamos identificar as práticas de tratamento diferenciado ou desigual inaceitáveis e distingui-las daquelas que têm vigência social, a partir da análise de disputas que são levadas aos Juizados Especiais e nas quais exemplos de tratamento considerado ofensivo ou desrespeitoso seriam examinados?

De fato, as práticas de tratamento desigual são abrangentes e variadas, nem sempre tendo as mesmas implicações. Assim, uma coisa são as diferenças previstas em lei, como o fórum privilegiado ou a prisão especial, e outra coisa são as práticas institucionalizadas que não encontram abrigo na lei, como a “armação” de processos na delegacia ou no cartório do tribunal segundo a posição social ou a capacidade de manipulação das partes (Kant de Lima 1995, *supra*), ou ainda os abusos da prisão provisória, cuja lei atinge quase que exclusivamente os mais pobres, e é aplicada idiossincraticamente, havendo relatos inacreditáveis, como o do rapaz pobre que roubou uma lata de cerveja equivalente a R\$ 1,00 e passou 57 dias preso (Marcelo Moutinho: Tribuna do Advogado, ano XXXV, nº 455 – maio/2007, p. 28).

Como a desigualdade de tratamento está presente tanto no plano normativo como no comportamental, ou se dá de forma indireta através de mecanismos de transformação de disputas que afetam quase exclusivamente os menos favorecidos, o projeto dá atenção especial à reconstrução dos conflitos que chegam aos Juizados à luz das concepções de direitos que orientam as partes. Na mesma direção, o foco da análise está nas disputas em que a dimensão do reconhecimento tem um papel particularmente importante, e nas quais as partes expressam melhor este aspecto do conflito no Juizado, ou se mostram mais disponíveis para elaborar sobre ele depois.<sup>43</sup>

A propósito, como tenho procurado argumentar, a dimensão do reconhecimento reflete uma percepção de agressão associada à qualidade do elo (ou da relação) social estabelecido entre as partes (LRCO 2004a). Isto é, a inadequação da relação ou elo proposto é tomada como uma ofensa, e as instâncias de tratamento desigual ou diferenciado

---

<sup>43</sup> Em “Honra, dignidade e reciprocidade” (LRCO 2004a: 127) argumento que quase toda disputa judicial teria três dimensões temáticas: a dimensão dos (1) direitos; a dos (2) interesses, e a do (3) reconhecimento.

percebidas como inaceitáveis devem suscitar demandas de reparação por falta de reconhecimento ou desconsideração. Deste modo, parte do material já colhido em pesquisas anteriores sugere que este tipo de ofensa é frequentemente vivido como uma situação de humilhação, indicando grande potencial de articulação com a discussão de Margalit sobre *a sociedade decente*,<sup>44</sup> que não humilha seus cidadãos. Em que circunstâncias a relação entre as partes ou com o Juizado é vivida como uma situação de humilhação? De que maneira esta experiência estaria associada à percepção de desigualdade de tratamento como uma ofensa à cidadania?

Evidentemente, gostaria de insistir aqui, trata-se de situações nas quais o tratamento desigual ou diferenciado não é apenas identificado como tal, mas é interpretado como um sinal de iniquidade e de desrespeito ou desconsideração ao cidadão. Neste sentido, do ponto de vista do cidadão, o problema não estaria tanto na dimensão hierárquica da concepção de igualdade que preconiza tratamento diferenciado ou desigual entre atores de condição social diferente, mas de sua incompatibilidade com os ideais de isonomia jurídica ou de tratamento igualitário (uniforme), o que faria com que o cidadão experimentasse o tratamento desigual (diferenciado) como uma arbitrariedade. Em outras palavras, a ausência de sentido, corolário da arbitrariedade, seria vivida não apenas como um enigma no plano cognitivo, mas também como uma ofensa no plano normativo. Suspeito ser esta a fonte da percepção de humilhação ou das demandas de reparação e dos sentimentos a elas associados, mas gostaria de explorar os limites ou o potencial desta compreensão à luz do ponto de vista dos atores. A propósito, como nem sempre as práticas de tratamento desigual geram conflitos, em que medida e de que maneira estas experiências de arbitrariedade e humilhação contrastariam com aquelas nas quais o tratamento diferenciado ou desigual seria aceito? Que sentido os atores dariam a estas últimas e como as justificariam?

Da mesma maneira, é importante assinalar que a tensão entre as duas concepções de igualdade identificadas acima nem sempre é vivida como um drama ou arbitrariedade, o que viabiliza a sua continuidade e torna mais difícil a crítica ou o combate às incompatibilidades entre elas. Apenas como exemplo, gostaria de sugerir que um desdobramento das duas concepções de igualdade seria a convivência entre dois tipos de éticas, igualmente vigentes em nosso espaço público: uma com **É** maiúsculo, de caráter universalista, e outra(s) com **é**(s) minúsculo(s), de caráter particularista. A meu ver, como argumento em trabalho apresentado na mesa-redonda que organizei sobre o tema na 25ª Reunião Brasileira de Antropologia — *Ética e Éthos na Política* —, esta convivência torna particularmente complexo o combate às práticas de corrupção no Brasil (TACPP 2006h).

Enquanto o primeiro tipo de **É**tica se apóia numa visão moderna da cidadania, com ênfase nas idéias de transparência e de interesse público na gestão do Estado, a(s) **é**tica(s) particularista(s) viabiliza(m) a utilização de recursos do Estado em benefício próprio ou de grupos específicos com critérios não universalizáveis, mesmo quando sua distribuição é feita em acordo com a lei, como no caso da liberação de recursos para emendas dos parlamentares com o objetivo de garantir votos de interesse do executivo. Se traçássemos um continuum para situar as práticas movidas por **é**tica(s) particularista(s) no interior do Estado, indo da legalidade à imoralidade (execração pública) passando pela ilegalidade, teríamos a liberação de recursos para emendas de parlamentares num extremo, o *mensalão*

<sup>44</sup> A. Margalit, (1999) *La Société Decente*. Paris: Climats.

(qualquer que tenha sido a sua forma e extensão real) no outro, e o caixa 2 das campanhas eleitorais no meio do continuum. Este, ainda que ilegal, encontra discursos que lhe dão sustentação como práticas incontornáveis nas campanhas eleitorais, como atestam as declarações do presidente Lula e do ex-deputado Roberto Jefferson à época do chamado escândalo do *mensalão*. O importante aqui não é criticar os políticos ou reprovar as respectivas práticas, mas compreender que elas encontram suporte em discursos positivos, que existe um continuum entre as suas diferentes modalidades de realização, e que as vezes é difícil traçar uma fronteira precisa entre o legal, o ilegal, e o socialmente inaceitável, ainda que em todos os casos possamos criticá-las a partir da ótica da Ética com É maiúsculo.

Neste quadro, a análise dos conflitos investigados no âmbito dos Juizados Especiais focalizará a relação entre direitos, sentimentos e as duas concepções de igualdade esboçadas, com atenção especial naquelas disputas que tematizam a qualidade do elo ou da relação entre as partes.

Depois de elaborar o projeto, ou mesmo um pouco antes disso, tive oportunidade de falar sobre o tema em intervenções no Rio de Janeiro (TACPP 2007c; 2007l; 2007v; 2007zd), em Brasília (TACPP 2007k), na Bahia (TACPP 2007t), e na Cidade do México (TACPP 2007za). Assim, a exposição à crítica de colegas e estudantes em todos estes lugares tem permitido aprimorar minha percepção do problema, e vislumbrar várias possibilidades de pesquisa empírica para explorar a fecundidade deste tipo de questionamento. Na mesma direção, o debate que se seguiu à palestra que fiz no Oxford Center for Brazilian Studies (TACPP 2006e), quando de minha formulação inicial do problema, em muito contribuiu para que eu encontrasse um foco mais adequado para a indagação. Ao invés de falar em desigualdade de tratamento (inclusive) em nossas instituições judiciárias, enfatizava então a idéia de “desigualdade jurídica”, que sugeria uma contradição com a idéia de isonomia prevista na Constituição de 1988 e criava dificuldades de comunicação com muitos interlocutores, além de não captar adequadamente a extensão do problema.

Refletindo sobre estas dificuldades de comunicação, descobri que as práticas de tratamento desigual assinaladas em minha exposição estavam associadas a uma concepção de igualdade distinta da que orientava meus questionamentos, e não percebida pelos atores como estando em contradição com a idéia de isonomia jurídica. Resolvi então *levar a sério* a regra da igualdade formulada por Rui Barbosa, com grande penetração no mundo jurídico (mas também fora dele), como uma visão alternativa e não necessariamente como um “equivoco” (por supor certa hierarquia entre cidadãos). Contra-intuitivamente ela revela como o tratamento diferenciado é compatibilizado com uma perspectiva *igualitária* sobre a justiça, ainda que para tanto ela tenha que supor uma desigualdade de fato (ou essencial, quase natural) entre os atores, que inviabilizaria uma visão forte sobre a igualdade no plano dos direitos, em desacordo com os princípios igualitários do liberalismo anglo-saxão ou do republicanismo francês. Como indico acima, o problema desta concepção de igualdade não está na sua incompatibilidade com as concepções estadunidense ou francesa, mas na tensão que ela gera com a definição de igualdade como tratamento uniforme, também vigente na esfera pública brasileira e no horizonte do cidadão. Provocando incompreensão e fazendo com que a ação do Estado e de nossas instituições judiciárias soe freqüentemente arbitrária.

Embora nenhuma concepção de igualdade esteja imune à crítica, como sugerem os

resultados de pesquisa relatados acima, esta não pode ser feita a partir de um parâmetro único e universal, ou de definições substantivas e de caráter absoluto. Mas, a partir de pesquisa empírica que leve em conta a pré-estrutura simbólica do mundo social, e que não deixe de articular, adequadamente, as dimensões do universo material, do universo simbólico, e a do contra-intuitivo.

Finalmente, faltou mencionar entre os resultados de pesquisa o texto sobre “Moral e Ética”, elaborado para o livro sobre *Antropologia e Direito*, a ser publicado nos próximos meses pela ABA, assim como o artigo de opinião sobre “Antropologia e Laudos Periciais” (LRCO 2007f), que não deixa de estar associado a estas reflexões. Também vale lembrar que, embora haja grande diversidade em termos de investimento intelectual entre as 81 intervenções nos eventos listados no currículo anexado (TACPP) nos últimos 5 anos, muitas delas foram fundamentais para o desenvolvimento de minhas publicações e atividades de pesquisa de uma maneira geral, além de apontarem possibilidades de desdobramentos em várias direções.

### ATIVIDADE DIDÁTICA

Diferentemente de muitos colegas brasileiros, só comecei a lecionar em sentido estrito quando já estava concluindo a redação de minha tese de doutorado, e fui contratado pela UnB, em fevereiro de 1987. Antes disto, havia atuado como *Teaching Fellow* durante meu doutorado em Harvard, atividade similar à de monitoria de pós-graduação nas universidades brasileiras. Reunia-me semanalmente com grupos de 20 estudantes de graduação para discutir em seminário as aulas da semana, e vez por outra substituí o professor nas atividades de aula, que eram sempre palestras, sem interrupção para questões. Durante dois semestres desempenhei esta atividade em uma disciplina de Introdução à Antropologia Social, e passei outros dois semestres como tutor de um aluno do Departamento de Folclore e Mitologia, para orientar seu trabalho de conclusão do curso, sobre cultura afro-brasileira. Esta experiência foi muito importante para o meu treinamento didático, e foi aí que aprendi a elaborar provas e desenvolvi um critério de correção que utilizo até hoje.<sup>45</sup>

Chegando na UnB, passei dois anos lecionando apenas na graduação, mas a partir de 1989 comecei a dar disciplinas também na pós-graduação. Nestes 21 anos de UnB tenho compartilhado com os colegas uma carga didática intensa, e tive oportunidade de oferecer um número expressivo de disciplinas, sobre vários temas. Na Graduação: (1) Introdução à Antropologia; (2) Antropologia Cultural; (3) Teoria Antropológica 1; (4) Teoria Antropológica 2; (5) Antropologia das Sociedades Complexas; (6) Perspectivas Interpretativas na Antropologia; (7) Antropologia do Direito; (8) Indivíduo, Cultura e Sociedade; (9) Nacionalismo, Cidadania e Cultura; e, (10) Seminário de Pesquisa.<sup>46</sup> Na

<sup>45</sup> Como *Teaching Fellow*, era responsável por elaborar e corrigir as provas dos alunos.

<sup>46</sup> Atualmente, Seminário de Pesquisa é uma disciplina tutorial, assim como Excursão Didática de Pesquisa e Dissertação, todas realizadas sob a orientação de um mesmo professor, geralmente nos três últimos semestres do curso. Entretanto, lecionei esta disciplina em sala de aula para turmas inteiras em pelo menos três oportunidades.

Pós-Graduação: (1) História da Antropologia: Autores Clássicos 1; (2) História da Antropologia: Autores Clássicos 2; (3) Clássicos Contemporâneos; (4) Seminário Avançado de Teoria 1; (5) Seminário Avançado de Teoria 2; (6) Perspectivas Interpretativas na Antropologia e na Filosofia; (7) Seminário Crítico de Pesquisa; (8) Antropologia Jurídica ou do Direito; (9) Nacionalismo, Cidadania e Cultura; (10) Racionalismo, Relativismo e o Conflito de Interpretações; (11) Seminário de Pesquisa: Elaboração de Projeto; (12) Seminário de Pesquisa: Elaboração da Dissertação.

Embora haja grande concentração de cursos de teoria em minha carga didática, esta sempre esteve associada às minhas atividades de pesquisa. Tanto no que concerne à prática de orientação das pesquisas dos alunos nos três níveis de formação (graduação, mestrado e doutorado), como em relação às aulas propriamente ditas. Começando por estas últimas, tanto nos cursos mais teóricos como naqueles mais etnográficos, ou temáticos, a perspectiva antropológica é sempre o pano de fundo e, frequentemente, vem para o centro das atenções dos alunos, quando minha própria experiência de pesquisa torna-se exemplo privilegiado para mediar a reflexão e o diálogo com os autores discutidos nos cursos. Neste sentido, características da antropologia como disciplina e a maneira como estruturo meus cursos, a partir da definição de um problema que articulará a elaboração das aulas ou a condução dos seminários, contribuem para estimular o exercício da reflexão antropológica ao longo de todo o percurso.

Se as disciplinas teóricas sempre têm como referência uma visão mais ampla da antropologia que perpassa todas as perspectivas vigentes no campo, as disciplinas temáticas ou etnográficas são sempre estruturadas em torno de um problema, que será o foco ou o eixo da interlocução com os alunos, o qual articulará as leituras e/ou as aulas, sem que isto exclua leituras em outras direções propostas pelos alunos. Tanto em um caso, como no outro, os alunos são orientados a cultivar duas atitudes: (1) levar *a sério* o ponto de vista nativo como interlocutor pleno (assim como o ponto de vista dos autores, dos colegas e daqueles com quem discutimos de uma maneira geral), e (2) apoiar os argumentos em exemplos empíricos, mesmo quando nos engajamos em discussões essencialmente conceituais, o que já sinaliza a importância da etnografia em nossa disciplina. A primeira recomendação traz à tona a importância de não tomar acriticamente o discurso nativo, enfatizando a disposição de cobrar, na interlocução, um sentido que elucide a compreensão do intérprete, sem abrir mão da sintonia com a perspectiva dos sujeitos da pesquisa. Em outras palavras, levar a sério o interlocutor significa supor que ele(a) é capaz de dar um sentido lógico, coerente e crível às representações e práticas em discussão, o qual geraria uma convicção no intérprete quanto à fundamentação de sua própria compreensão. Aqui também, como na implementação da segunda atitude, a articulação entre as dimensões do material, do simbólico e do contra-intuitivo estariam no centro do empreendimento.

Na mesma direção, se as duas atitudes mencionadas acima estimulam uma determinada maneira de exercitar a perspectiva antropológica no diálogo com autores, temas e problemas, elas também ajudam a esclarecer um aspecto importante da teoria, da interpretação ou do fazer antropológico. Refiro-me à precedência dada à elucidação do empírico. Ainda que todos nós tenhamos nossas preferências, inclinações e identidades intelectuais com tradições ou orientações teóricas específicas, em nenhuma circunstância tais opções são tomadas como garantias de compreensão, nem eliminam a possibilidade de aprendermos com aqueles que se orientam por outras perspectivas ou que se situam em

outras tradições. Dado o caráter etnográfico da produção antropológica e a importância atribuída a tornar inteligível práticas e representações sociais concretas, a “melhor” interpretação é sempre aquela que dá mais sentido a estas manifestações. Assim, com alguma frequência os antropólogos reconhecem a contribuição ou mesmo a “superioridade” elucidativa de etnografias elaboradas a partir de perspectivas distintas (ou até mesmo divergentes) daquelas com as quais se identificam mais. De modo similar à crítica tradicional ao etnocentrismo, o estilo etnográfico e suas implicações quanto às demandas de elucidação do empírico fazem da antropologia uma disciplina impermeável a qualquer tipo de dogmatismo. Pois, meus cursos são estruturados para enfatizar este aspecto e discutir suas implicações na compreensão de teorias, situações etnográficas e perspectivas de autores e interlocutores de uma maneira geral.

Ainda no que concerne às atividades em sala de aula, algumas das disciplinas listadas acima também foram oferecidas para o Doutorado em Ciências Sociais do CEPPAC (Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas), e para o Programa de Pós-Graduação em Direito da UnB. Além disso, dei cursos concentrados no Mestrado em Antropologia da UFPr (TACPP 2002i), na Universidade de Buenos Aires – UBA (TACPP 2006o), no Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social – CIESAS, na Cidade do México (TACPP 2007x; 2007y; 2007z), e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF (TACPP 2007zc). Os dois primeiros foram cursos temáticos sobre Antropologia do Direito e tinham como título “A Antropologia e os Direitos que o Judiciário Não Vê”, onde procurava apresentar a perspectiva antropológica na compreensão de disputas jurídicas e de conflitos de uma maneira geral, através da discussão de exemplos etnográficos e em diálogo com a tradição da disciplina. Já o curso no CIESAS, com o título “Seminário sobre Democracia y Justicia en América Latina”, tinha como foco os resultados de minha atividade de pesquisa sobre o tema. Finalmente, o curso na UFF, “Direitos, Justiça e Cidadania: uma abordagem antropológica”, tinha como referência meu último projeto de pesquisa para o CNPq e estava associado à colaboração que tenho mantido com o Programa nas áreas do ensino e da pesquisa.

Evidentemente, minhas atividades de orientação têm estado mais fortemente associadas aos meus interesses de pesquisa. Das 16 teses (6) ou dissertações (10) por mim orientadas, apenas as duas primeiras versavam sobre temas mais distantes. Todas as demais tinham como tema problemas relacionados a conflitos, direitos e cidadania. Além disso, a maioria de meus ex-orientandos (assim como a totalidade dos atuais) participaram, e alguns ainda participam, do seminário de pesquisa que mantenho permanentemente na UnB. Duas vezes por mês procuro reunir-me em seminário com meus orientandos de doutorado, mestrado e graduação para discutirmos o desenvolvimento das pesquisas de cada um de nós. A troca de experiências e perspectivas tem sido bastante estimulante para todos e, a meu ver, se constitui também numa importante atividade de formação. De forma mais esporádica, reúno-me individualmente com cada orientando para discutir aspectos específicos de suas pesquisas.

Dentre meus ex-orientandos, 6 são professores em universidades federais, 1 é professor na PUC de Porto Alegre, 1 está concluindo um estágio pós-doutoral na França, e 5 estão fazendo o doutorado, o que sugere uma forte vocação acadêmica para a maioria deles. Os outros 3 trabalham em órgãos públicos diversos, dois dos quais em atividades relacionadas ao judiciário.



Minha participação em bancas de defesa de teses e dissertações orientadas por colegas também revela uma dimensão da abrangência de minhas atividades didáticas e do meu campo de interlocução. Neste sentido, das 55 bancas em que participei 27 foram realizadas em meu departamento, e 28 em outras unidades da UnB (19) ou em outras instituições (9). Na mesma direção, embora a grande maioria destes trabalhos tenha sido em Antropologia (35), também examinei trabalhos em Sociologia (12), Direito (5), Relações Internacionais (2), e Ciência Política (1).

Finalmente, das 156 participações em eventos listadas no currículo anexado, 55 são conferências em diversas instituições acadêmicas, 85 intervenções em congressos ou seminários temáticos reunindo um número limitado de pesquisadores, e 16 mesas-redondas em eventos de menor envergadura. Neste conjunto, procuro cultivar o diálogo com várias áreas do conhecimento (antropologia, sociologia, ciência política, relações internacionais, história, filosofia, psicologia, direito), caracterizando a vocação interdisciplinar de parte de minhas atividades de ensino e pesquisa.

#### ATIVIDADE INSTITUCIONAL

Minhas atividades de caráter institucional também sempre estiveram vinculadas ao mundo acadêmico de uma maneira geral, e à antropologia em particular. Seja nas atividades editoriais, nos cargos de administração acadêmica ou em associações científicas, e em consultorias ad hoc de vários tipos.

No momento, sou co-editor do *Anuário Antropológico* e membro do conselho editorial de quatro outras revistas: *Revista Desacatos* (do CIESAS, na Cidade do México); *Revista Antropolítica* (do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF); *Cadernos de Direitos Humanos* (do Centro de Documentação e Pesquisa em Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro); e, *Revista de Ciências Humanas* (do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina). Além disto, tenho procurado colaborar como parecerista de várias revistas da área, sempre com a preocupação de contribuir para a qualidade dos periódicos e de estabelecer um diálogo produtivo com os autores dos artigos avaliados.

Desde que fui contratado pela UnB já ocupei vários cargos administrativos: fui Chefe de Departamento em duas oportunidades e Vice-Chefe em outra; Diretor do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Para a América Latina e o Caribe (CEPPAC), atual Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas; Coordenador de Apoio à Pós-Graduação junto ao Decanato (ou Pró-Reitoria) de Pesquisa e Pós-Graduação; Membro da Comissão de Gerenciamento dos recursos do Programa de Fomento à Pós-Graduação – PROF, em duas oportunidades; Membro titular da Câmara de Carreira Docente da Universidade de Brasília; e, Membro do Comitê Interno do PIBIC, na UnB. No exercício destas atividades pude ampliar bastante minha visão sobre a Universidade, e aprofundar minha perspectiva sobre o lugar ocupado pela antropologia neste contexto.

Da mesma forma, tenho tido oportunidade de ocupar vários cargos e funções em associações científicas, o que me tem possibilitado ampliar substancialmente o universo de interlocutores sobre os problemas da área em vários planos. Atualmente sou presidente da Associação Brasileira de Antropologia – ABA, instituição na qual já havia sido tesoureiro

(1990-1992), assim como já fui membro do Conselho Científico e do Conselho Fiscal, além de ter ocupado a função de Diretor Regional em 2000-2002. Também fui membro do Comitê de Pós-Graduação e da Comissão de Intercâmbio Internacional da ANPOCS, além de ter ocupado posições no Conselho Científico da SBPC Regional do Distrito Federal.

Ao longo dos anos, também tenho atuado intensamente em consultorias ad hoc para CAPES, CNPq e outras instituições de fomento à pesquisa. Fui membro titular do Comitê Assessor do CNPq na área de Ciências Sociais/Antropologia (2001-2003), e colaborei como substituto em outras oportunidades. Também fui membro do Comitê da CAPES para avaliação dos programas de pós-graduação em antropologia nos anos de 2000 e 2001, quando houve a reclassificação trienal dos programas. Em várias outras oportunidades participei de comissões seletivas para candidatos a bolsas da CAPES, e tenho sido acionado sistematicamente como parecerista ad hoc para a CAPES e o CNPq. De forma mais esporádica, tenho colaborado com Fundações de Apoio à Pesquisa em diferentes estados.

Em qualquer hipótese, este conjunto de atividades institucionais contribuíram muito para minha percepção dos problemas de ensino e pesquisa nas Universidades, especialmente em relação à pós-graduação. A propósito, fiz parte do Comitê de Reestruturação da Pós-Graduação em Antropologia na UnB, em 1991, ao lado de Mariza Peirano, Klaas Woortmann e Ellen Woortmann, com o objetivo de viabilizar uma melhor articulação entre os nossos cursos de mestrado e doutorado. Nesta época, cheguei a fazer uma palestra sobre o tema na II Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Sessão Sul, em Curitiba (TACPP 1991b).

Ainda na interseção entre atividades de caráter institucional e acadêmico, participei de 4 bancas de concurso público para professores em Universidades públicas: no Departamento de Antropologia da UNICAMP, em 2004; no Departamento de Antropologia da UFF em duas oportunidades, em 1994 e 2004; e, no Departamento de Sociologia da UnB, em 1993.

## CURRICULUM VITAE

### Dados Pessoais

Nome: Luís Roberto Cardoso de Oliveira

Nacionalidade: brasileiro

Naturalidade: São Paulo

Data de Nascimento: 26 de agosto de 1953

Estado Civil: Casado

Carteira de Identidade: 1 688 678 SSP/DF

CPF: 116968771 72

Agência Bancária: Banco do Brasil S/A - Agência: 3603-x

Nº Conta: 381.428-9

Endereço: SQS 208 -Bl. F -Apt. 404 ou Dept. de Antropologia  
Plano Piloto Universidade de Brasília  
70.254 -060 - Brasília-DF 70.910-900 - Brasília-DF  
Fone: (xx) xxxx-xxxx Telefax: (61) 3273-3264  
E-mail: [lc Cardoso@unb.br](mailto:lc Cardoso@unb.br) Telefax: (61) 3307-3006

### Escolaridade

1981 - 1989

"Doctor of Philosophy", em Antropologia, pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Harvard.

1981-1984

"Master of Arts", em antropologia, pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Harvard.

1978-1981

Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

1973-1977

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), com especializações em Antropologia Social e Sociologia.

### Prêmio Acadêmico

Menção Honrosa, na categoria Doutorado do VI Concurso Brasileiro de Teses Universitárias em Ciências Sociais patrocinado pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, e realizado em outubro de 1990.

### Bolsa de Pesquisa

2006

Bolsa de Pós-Doutorado da CAPES para a realização da pesquisa “Direito, cidadania e identidade na França: um contraponto”, de março a junho de 2006 junto ao LAIOS, na Maison des Sciences de l’Homme em Paris.

1995-1996

Bolsa de Pós-Doutorado da CAPES para a realização da pesquisa “Concepções de Justiça e Multiculturalismo em Montreal”.

1994

"Faculty Enrichment Program". Bolsa do International Council of Canadian Studies (ICCS) para passar quatro semanas no Canadá, em julho/agosto de 94, colhendo material para cursos a serem ministrados na Universidade de Brasília.

1991-presente

Bolsa de Pesquisa do CNPq, atualmente na categoria 1B.

### Bolsas de Estudo

1981-1987 - Bolsa de Doutorado do CNPq.

1978-1980 - Bolsa de Mestrado da CAPES.

1975-1977 - Bolsa de Iniciação Científica do CNPq.

### Atividade Docente

2006-2008

Professor Associado no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília - UnB.

1989-2006

Professor Adjunto no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília - UnB.

1987-1989

Professor Assistente no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília - UnB.

1984 e 1986

"Teaching Fellow" no Departamento de Antropologia da Universidade de Harvard para o Curso de "Introdução à Antropologia Social".

1984 - 1985

"Tutor" sobre "Cultura Afro-brasileira" no Departamento de Folclore e Mitologia da Universidade de Harvard.

### Trabalho de Pesquisa

2007

Pesquisa sobre “Isonomia Jurídica, Desigualdade de Tratamento e Cidadania no Brasil”, tendo como foco a análise da articulação entre direitos e concepções de igualdade em situações de conflito. O projeto conta com financiamento do CNPq.

2006

Pesquisa sobre “Direito, Identidade e Cidadania na França: um contraponto”, cuja primeira parte será realizada no âmbito do *Laboratoire d'anthropologie des institutions et des organisations sociales*, na Maison de Sciences de l'Homme – CNRS, na França.

2006b

Pesquisa sobre “Sistemas de Justiça Criminal e Segurança Pública, em uma perspectiva comparada: administração de conflitos e construção de verdades”. Projeto aprovado com recursos do **PRONEX (FAPERJ-CNPq)** e com sede na Universidade Federal Fluminense. Sou um dos três pesquisadores proponentes do Núcleo de Excelência e sub-coordenador do projeto, responsável pelas atividades em Brasília.

1999

Co-lider, ao lado de Mariza Peirano, do grupo de pesquisa “**Formas Elementares da Política: Rituais, Conflitos e Identidades**” (cadastrado no CNPq). O grupo reúne docentes e estudantes em vários níveis de formação (doutorado, mestrado e bacharelado).

1997

Pesquisa sobre “Eventos Políticos e Resolução de Disputas: uma Perspectiva Comparativa”, no âmbito do projeto **Uma Antropologia da Política: Rituais, Representações e Violência**, aprovado pelo PRONEX em setembro de 1997. A investigação tem foco comparativo nos casos brasileiro, norte-americano e quebequense. Partindo da análise do debate sobre as propostas de reforma constitucional no Brasil, das práticas de resolução de pequenas causas em Massachusetts nos EUA, e da campanha que precedeu o *referendum* sobre a soberania do Quebec, a pesquisa pretende discutir a articulação entre as noções de direito/privilegio, público/privado, indivíduo/pessoa, e honra/dignidade. O objetivo da comparação é refletir sobre a relação entre cultura, democracia e cidadania nos três casos tematizados.

1995-1996

Realização do trabalho de campo relativo à pesquisa "Concepções de Justiça e Multiculturalismo em Montreal". O trabalho se constituiu no acompanhamento do debate público na mídia sobre a inserção do Québec no Canadá e suas implicações para o reconhecimento da identidade ou do respeito à cidadania Quebequense. Também foram realizadas várias entrevistas informais, e durante a pesquisa fiquei vinculado ao Departamento de Antropologia da Université de Montréal como “chercheur invité”.

1994

Pesquisa em andamento sobre "Concepções de Justiça e Multiculturalismo em Montreal". Foi feita uma sondagem inicial durante os meses de julho/agosto de 94 em Montreal, com o objetivo de fazer um levantamento bibliográfico e definir uma estratégia de pesquisa para o trabalho de campo a ser realizado entre julho de 95 e julho de 96.

1992

Membro do grupo de pesquisa multidisciplinar sobre "Democracia e Cidadania". O grupo reúne pesquisadores dos Departamentos de Antropologia, Sociologia, Ciência Política e Direito da UnB, que realizam estudos conjuntos e compartilham o desenvolvimento de suas pesquisas específicas a partir de uma perspectiva comparativa. Em setembro de 1993 eu assumi a coordenação das atividades do grupo.

1991

Pesquisa em andamento sobre "Eticidade, Direitos e Equidade". O projeto prevê duas fases de pesquisa. Na primeira, pretende-se estudar o significado dos princípios éticos que fundamentam o ordenamento jurídico brasileiro, particularmente no que concerne as idéias de "direitos" e "cidadania", através de um exame da Constituição Nacional e da literatura especializada. Num segundo momento, pretende-se investigar como estes princípios éticos se articulam com as noções de "direitos" e "cidadania" no contexto da análise de processos de resolução

de disputas.

1983-1985

Pesquisa para a elaboração da dissertação de doutorado, através do projeto "Communication and Legitimation in Small Claims Courts", realizada na cidade de Cambridge, USA.

1978-1981

Assistente de pesquisa no Museu Nacional, junto ao projeto "Grandes Empreendimentos Agropecuários da Amazônia: Norte de Mato Grosso e Sul do Pará". O projeto foi realizado sob a coordenação da Dra. Francisca Keller, e contou com o financiamento da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

1979-1981

Pesquisador principal no projeto "Colonização e Diferenciação Social Entre Pequenos Produtores numa Área de Fronteira". A pesquisa foi realizada no âmbito do projeto listado acima, e tamb'em contou com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

1977-1978

Participação no projeto "Artesanato Indígena do Centro- Oeste", junto ao Centro Nacional de Referência Cultural (atual Fundação Pró-Memória). Fui o pesquisador principal na investigação sobre o artesanato Bororo, e trabalhei como assistente do Dr. George Zarur, coordenador do projeto, na etapa de pesquisa realizada entre os Krahó.

1976-1977

Auxiliar de pesquisa no projeto "Fatores Sócio-Culturais que Afetam a Fecundidade e a Lactação" realizado na cidade satélite de Sobradinho (Brasília), sob a coordenação do Prof. Martin Alberto Ibáñez-Novion e com o patrocínio da Organização Mundial da Saúde-OMS.

1976-1977

Auxiliar de pesquisa no "Projeto de Ação para a Saúde no Noroeste do Estado de Minas Gerais", coordenado pelo Prof. Martin Alberto Ibáñez-Novion e com financiamento da Fundação João Pinheiro.

1975

"Inquérito Antropológico" realizado junto aos índios Kaingang do PI. Palmas, no sul do Paraná, com a finalidade de investigar a dimensão e significado do conflito entre o Chefe do Posto e o Monitor Bilingue. Fui encarregado da investigação enquanto estagiário no Departamento de Pesquisa da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

1975

Auxiliar de pesquisa no "survey" sobre os índios Tukuna do Alto Solimões no contexto da sociedade regional, realizado sob a coordenação do Dr. Roberto Cardoso de Oliveira e com financiamento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

1973-1974

Auxiliar de pesquisa no projeto "Lazer em Brasília" junto ao Instituto Nacional de Pesquisa (INEP) sob a coordenação da Dra. Maria Lais Mousinho.

### Livros Publicados

2005

***Droit légal et insulte morale*** — *Dilemmes de la citoyenneté au Brésil, au Québec et aux États-Unis*. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 172 pag. (ISBN 2-7637-8219-1).

2002

***Direito Legal e Insulto Moral*** — *Dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 157 páginas (ISBN 85-7316-280-5).

1996

***Ensaio Antropológicos Sobre Moral e Ética***. Em co-autoria com Roberto Cardoso de Oliveira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Biblioteca Tempo Universitário 99, 188 páginas (ISBN 85-282-0084-1).

1989

***Fairness and Communication in Small Claims Courts***, (PhD dissertation, Harvard University), Ann Arbor: University Microfilms International, pp. 495 (order # 8923299).

### Outras Publicações

----

"O Homem Moderno e os Limites do Individualismo". Aceito para publicação na revista ***Crátulo***.

----

“Moral e Ética”. ***Antropologia e Direito: Bases Para um Diálogo Interdisciplinar***. Rio de Janeiro/Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia/Editora Nova Letra, no prelo.



- 2008  
 “Respect des droits et considération de la personne au Brésil”. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. CXXIV [173-177], 2008. Nouvelle Série, cinquante-cinquième année.
- 2007a  
 “Honneur, Dignité et Réciprocité”. In A. Caillé (org.) *La quête de reconnaissance : nouveau phénomène social total*. Paris: Éditions La Découverte, pp. 89-103 [ISBN 978-2-7071-5332-6]. Também aceito para publicação na *Revue du M.A.U.S.S permanente*, <[www.journaldumauss.net](http://www.journaldumauss.net)>.
- 2007b  
 “O Ofício do Antropólogo, ou Como Desvendar Evidências Simbólicas”. *Série Antropologia*. Vol. 413. Brasília: Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2007, pp. 6-19. ISSN print format: 1980-9859. ISSN electronic format: 1980-9867. Versão revisada também publicada no *Anuário Antropológico/2006*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, (2008) pp. 9-30.
- 2007c  
 “A ABA e as Pesquisas Sobre Patrimônio Cultural”. In M. F. Lima Filho, C. Eckert & J. Beltrão (orgs.) *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Editora Nova Letra, pp. 7 – 9. Em co-autoria com Miriam Pillar Grossi. ISBN 978-85-7682-198-4.
- 2007d  
 “Apresentação”. In M. Grossi, C. Eckert e P. Fry (orgs.) *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Florianópolis: Nova Letra/ABA, pp.7-9. ISBN 978-85-7682-205-9.
- 2007e  
 « Peut-on parler de violence sans agression morale ? ». *Vibrant — Virtual Brazilian Anthropology*. Volume 4. Número 1, pp. 5-26. Janeiro a Junho de 2007, ISSN1809-4341.  
[http://www.vibrant.org.br/portugues/artigosv4n1.htm#v4n1\\_oliveira](http://www.vibrant.org.br/portugues/artigosv4n1.htm#v4n1_oliveira)
- 2007f  
 “Antropologia e Laudos Periciais”. Artigo de opinião publicado na edição de 24 de dezembro de 2007 do jornal *Correio Braziliense*.
- 2006a  
 “Direito, Identidade e Cidadania na França: Um Contraponto” / “Droit Identité et Citoyenneté en France: Un Contrepoint” (Édition Bilingue). *Série Antropologia n° 397*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia, 2006, pp. 19.

- 2006b  
"Direitos Republicanos, Identidades Coletivas e Esfera Pública no Brasil e no Quebec", em Palmeira, M. & Barreira, C. (orgs.) *Política no Brasil: Visões de antropólogos*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, pp. 51-85 [445 páginas e ISBN: 85-7316-359-3]. Divulgado inicialmente na *Série Antropologia nº 304*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia 2001, pp. 02-30.
- 2005  
"Direitos, Insulto e Cidadania (Existe Violência Sem Agressão Moral?)". *Série Antropologia nº 371*, Brasília: UnB/Departamento de Antropologia, 2005.
- 2004a  
"Honra, dignidade e reciprocidade", em Martins, P. H. & Nunes, B. F (orgs.) *A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Editora Paralelo 15, pp. 122-135. Também publicado em *Cadernos de Direitos Humanos 1* (Direitos Negados: questões para uma política de direitos humanos), pp 31-48, Centro de Documentação e Pesquisa em Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro. Divulgado em *Série Antropologia nº 344*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia, 2003, pp. 2-16.
- 2004b  
"Racismo, Direitos e Cidadania". *Estudos Avançados*, vol. 18, nº 50, jan-abr, 2004, pp. 81-93. Divulgado em *Série Antropologia nº 346*, Brasília: UnB/Departamento de Antropologia pp. 2-17.
- 2004c  
"Pesquisas **em** vs. pesquisas **com** seres humanos", em Victora, C; R. Oliven; M. E. Maciel & A. P. Oro (orgs) *Antropologia e Ética: O debate atual no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUFF, pp. 33-44. Divulgado inicialmente na *Série Antropologia nº 336*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia, 2003, pp. 2-15.
- 2004d  
"Honor, Dignidad y Reciprocidad". *Cuadernos de Antropología Social Nº 20*, pp. 25-39, 2004. ([www.scielo.org.ar/pdf/cas/n20/n20a03.pdf](http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n20/n20a03.pdf)).
- 2003  
"Individualismo, identidades coletivas y ciudadanía: los Estados Unidos y Quebec vistos desde Brasil", em, P. C. Márquez-Padilha, G. P. F. del Castillo y R. G. Arnau (orgs.) *DESDE EL SUR. Visiones de Estados Unidos y Canadá desde América Latina a principios del siglo XXI (Volumen 3, Canadá)*. México: Ediciones UNAM/CISAN, pp 151-171.
- 2002a  
"Responsabilidade e Equidade na Gestão das Universidades". *Debater* <http://www.debater.org.br>, (artigo de opinião) em 15 de janeiro de 2002.

- 2002b  
 “Collective Identities and Citizenship in Quebec”, em L. Roniger & C. Waisman (orgs.) *Globality and Multiple Modernities: Comparative North American and Latin American Perspectives*. Brighton: Sussex Academic Press, pp.244-261.
- 2002c  
 "O Velho Cego: uma reflexão Krahó sobre o contato interétnico", *Anuário Antropológico/99*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 71-93. Versão preliminar divulgada em *Série Antropologia nº 112*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia.
- 2001a  
 “Direitos Humanos e Antropologia”, em R. Novaes (org.) *Direitos Humanos: Temas e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Mauad, pp. 26-27. Divulgado anteriormente em 1998 no *Boletim da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)*, nº 30: 37-38.
- 2001b  
 “Individualismo, Identidades Coletivas e Cidadania: Os Estados Unidos e o Quebec Vistos do Brasil”. *Série Antropologia nº 299*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia, 2001, pp. 02-17.
- 2000  
 “Individualism, Collective Identities and Citizenship: The United States and Quebec Seen from Brazil”. *Série Antropologia nº 268*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia, 2000, pp. 2-19.
- 1999a  
 “Democracia, Hierarquia e Cultura no Quebec”, *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, vol. 42, nº 1, pp. 139-158. Uma versão preliminar foi divulgada em *Série Antropologia nº 232*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia, 1997, pp. 2-15.
- 1999b  
 “Dois Pequenos Ensaios Sobre Cultura, Política e Demandas de Reconhecimento no Quebec”. *Série Antropologia nº 250*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia, 1999, pp. 2-24.
- 1999c  
 “Republican Rights and Nationalism: Collective Identities and Citizenship in Brazil and Quebec”. *Série Antropologia nº 259*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia, 1999, , pp. 1-23.

- 1999d  
“Rhetoric, Resentment and the Demands for Recognition in Quebec”. *Série Antropologia n° 260*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia, 1999, pp. 02-15.
- 1999e  
“Legalidade e Eticidade nas Pequenas Causas”, em B. Freitag-Rouanet (org.) Habermas: 70 anos. Número especial da *Revista Tempo Brasileiro*, jul.-set.- n° 138: 133-152. Divulgado preliminarmente na *Série Antropologia n° 265*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia, 1999.
- 1999f  
“Entre o Justo e o Solidário: Os Dilemas dos Direitos de Cidadania No Brasil e nos Estados Unidos”, em J. Souza (org.) *O Malandro e o Protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: EDUnB, pp. 265-294. (veja 1996a, abaixo).
- 1999g  
“Comunidade Política e Cultura Pública no Quebec”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 13, n° 24, 1999, pp. 419-430.
- 1998a  
“Direitos Humanos e Antropologia”, *Boletim da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)*, n° 30: 37-38.
- 1997a  
“Ação Afirmativa e Equidade”, em J. Souza (org.) *Multiculturalismo e Racismo: uma comparação Brasil - Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, pp. 145-155.
- 1997b  
"Da Moralidade à Eticidade Via Questões de Legitimidade e Equidade", *Revista Ciências Sociais/Universidade Gama Filbo*, vol. 3 n° 2, pp. 7-44. Divulgado originalmente em *Série Antropologia n° 180*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia, 1995.
- 1997c  
“Between Justice and Solidarity: The Dilemma of Citizenship Rights in Brazil and the USA”. *Série Antropologia n° 228*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia, pp. 2-25.

- 1996a  
“Entre o justo e o solidário: Os dilemas dos direitos de cidadania no Brasil e nos EUA”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (ANPOCS), nº 31 ano 11, pp.67-81. [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_31/rbcs31\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_04.htm). Divulgado originalmente em *Série Antropologia nº 185*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia, 1995.
- 1996b  
Resenha de “Velho, Otávio. 1995. Besta-Fera: Recriação do Mundo. Ensaios de Crítica Antropológica”, *Mana*, vol. 2 nº 2, pp. 205-208.
- 1995a  
"Justiça, Solidariedade e Reciprocidade: Habermas e a Antropologia", em S. Adorno (org.) *A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, pp. 27-36. Divulgado originalmente em *Série Antropologia nº 149*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia, 1993.
- 1995b  
“Quando Fazer é Refletir”, *Ciência Hoje*, vol. 19 nº 113, pp. 46-49. Divulgado originalmente em *Série Antropologia nº 150*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia, 1993.
- 1994a  
"Saudação a Roque de Barros Laraia", *Anuário Antropológico/92*, pp. 11-13. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- 1994b  
"Verdade Absoluta e Pequenas Causas", em A. Cicero & W. Salomão (orgs) *O Relativismo Enquanto Visão de Mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, pp. 63-69.
- 1993a  
"As Categorias do Entendimento Humano e as Noções de Tempo e Espaço entre os Nuer". *Série Antropologia nº 137*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia, pp 1-19.
- 1993b  
"A Vocação Crítica da Antropologia", *Anuário Antropológico/90*, pp. 67-81. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Divulgado originalmente em *Série Antropologia nº 96*. Brasília: UnB/ Departamento de Antropologia, 1990.

- 1992a  
 "Direitos Humanos e Cidadania no Brasil: Algumas Reflexões Preliminares" *Série Antropologia n° 122*, pp. 2-15. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia. A sair também nos Anais do VII Encontro Nacional do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos.
- 1992b  
 "Os Grandes Empreendimentos Agropecuários da Amazônia (Relatório Parcial)" *Série Antropológica n° 128*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia pp. 1-44.
- 1992c  
 "Interpretação e Legitimação em Jürgen Harbermas", *Anais da 44ª Reunião da SBPC*, realizada em São Paulo, p. 487.
- 1992d  
 "Comparação e Interpretação na Antropologia Jurídica", *Anuário Antropológico/89*, pp. 23-45. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Divulgado originalmente em *Série Antropologia n. 101*. Brasília: UnB/Departamento de Antropologia,1990.
- 1992e  
 "La Vocación Crítica de la Antropología". *Antropológicas*, pp. 27-35. México: UNAM.
- 1992f  
 "Extensão e Emancipação: Reflexões Sobre a Socialização da Produção Antropológica". *Cadernos de Extensão*. Brasília: UnB/DEX, pp. 1-16.
- 1991a  
 "De Volta ao Futuro: A Antropologia e o Resgate da Modernidade na nossa Contemporaneidade", *Reflexão n° 1*: 04-06, Faculdade de Comunicação-UnB.
- 1990a  
 "Competência e Justiça Social: A Questão da Paridade na Gestão Universitária". Trabalho divulgado pela *Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB)*, durante a 2ª Etapa do Congresso Universitário da UnB, realizada em junho/julho de 1990.
- 1985a  
 "Compreensão e Comparação em Max Weber e em Louis Dumont: O Sistema de Castas na Índia", *Anuário Antropológico/84*, pp. 66-94. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

1985b

*Legitimacy and Fairness: A Reflection on the Object of Legal Anthropology*. "Specials Paper" apresentado ao Departamento de Antropologia da Universidade de Harvard.

1981a

*Colonização e Diferenciação: os 'Colonos' de Canarana*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1981.

1981b

"Os Perigos do Relativismo", *Anuário Antropológico/79*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981, pp. 205-15.

1978

Relatório analítico sobre "Produção Artesanal e Divisão de Trabalho Entre os Bororo", apresentado ao *Centro Nacional de Referência Cultural* (ver projeto de pesquisa listado acima).

1977

"Artesanato Kraho: Divisão de Trabalho e Trançado". Relatório analítico apresentado ao *Centro Nacional de Referência Cultural* (ver projeto de pesquisa lista acima).

### Trabalhos Apresentados em Congressos, Palestras e Painéis

2008a

"Cooperación Académica e Intercambio e Dialogia". Trabalho apresentado na *Reunión de Cooperación Educativa México-Brasil*, realizada na Cidade do México em 26 fevereiro de 2008, na Secretaria de Relaciones Exteriores.

2008b

"A ABA e a Perícia Antropológica". Comunicação apresentada no *Simpósio: Perícia Antropológica e a Defesa dos Direitos Sócio-Culturais no Brasil*, promovido pela ABA na Universidade de Brasília, com apoio da Fundação Ford, nos dias 5, 6 e 7 de março.

2008c

"Antropologia, Direitos Humanos e Desigualdade Cívica no Brasil". Palestra proferida na mesa de "Ciência Política e História" no *Seminário Preparatório para o IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Direitos Humanos*, no dia 8 de março de 2008, na Faculdade de Direito de Vitória.

- 2007a  
“Sobre Formação Jurídica e Povos Indígenas”. Trabalho apresentado na mesa-redonda *Direitos, Povos Indígenas e Ensino Superior*, realizada em 21 de março em Belém, no âmbito do ***Seminário Formação Jurídica e Povos Indígenas: desafios para uma educação superior***.
- 2007b  
Comentador na sessão sobre “Observatório Jurídico”, no ***Seminário Discriminação racial no Brasil: pesquisas e debate***, realizado na PUC-Rio/Nirema no dia 27 de março.
- 2007c  
Palestrante no Painel final “Sobre a discriminação racial”, no âmbito do ***Seminário Discriminação racial no Brasil: pesquisas e debate***, realizado na PUC-Rio/Nirema no dia 27 de março.
- 2007d  
Participação na mesa de abertura do ***Seminário Roberto Cardoso de Oliveira — Transformações Sociais e Culturais no Brasil Contemporâneo: perspectivas antropológicas***, realizada no dia 28 de março no PPGAS do Museu Nacional/UFRJ.
- 2007e  
“Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e Estados Unidos”. Palestra proferida no âmbito dos ***Encontros com a Sociologia & Antropologia*** do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, em 3 de abril de 2007.
- 2007f  
“O fazer antropológico num órgão do Estado: novos desafios”. Palestra proferida como parte da ***Programação de Capacitação dos Antropólogos do INCRA – 2007***, ocorrida no dia 10 de abril no auditório da reitoria da UnB.
- 2007g  
Debatedor na mesa-redonda sobre “Povos Indígenas e Ações Afirmativas na UFBA: Proposta UFBA-Indígena”, realizada durante o ***Seminário Formação Universitária Indígena em Saúde: desafios para uma educação superior para os Povos Indígenas no Brasil***, entre 16 e 19 de maio em Porto Seguro, na Bahia.
- 2007h  
“Perspectivas da Cátedra Roberto Cardoso de Oliveira, compartilhada entre Unicamp e Ciesas”. Intervenção na mesa-redonda que marcou a criação da Cátedra entre as duas instituições, realizada na ***Unicamp*** em 22 de maio.



- 2007i  
“Entrevista sobre o Jeitinho Brasileiro”. Evento realizado em emissão ao vivo do programa *Sem-Censura da TVE*, Rio de Janeiro, no dia 6 de junho de 2007.
- 2007j  
“Entrevista sobre Corrupção”. Evento gravado na TV Câmara para o programa *Participação Popular*, e transmitido em várias emissões a partir de 27 de junho.
- 2007k  
“Justiça, Cidadania e Violência”. Palestra proferida no *I Seminário Internacional – II Seminário Nacional – I Seminário Regional de Vigilância, Prevenção da Violência e Promoção da Cultura da Paz*, realizada em 25 de junho na Faculdade de Saúde da UnB.
- 2007l  
“Isonomia jurídica, desigualdade de tratamento e cidadania”. Palestra proferida no *II Seminário Internacional de Gestão em Segurança Pública e Justiça Criminal*, realizado pelo Curso de Extensão e Gestão em Segurança Pública e Justiça Criminal/NUFEP/SEDH/UE, no dia 2 de julho, no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.
- 2007m  
“O Ofício do Antropólogo e os Laudos Periciais”. Palestra proferida no *Instituto de Filosofia e Ciências Sociais* da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 4 de julho.
- 2007n  
“O Ofício do Antropólogo, ou Como Desvendar Evidências Simbólicas”. Conferência proferida no dia 10 de julho de 2007, em Belém, durante a *59ª Reunião Anual da SBPC*.
- 2007o  
“Dimensões defensivas e propositivas da Ética de Pesquisa”. Intervenção no encontro aberto “*Ética e C&T*”, realizado durante a *59ª Reunião Anual da SBPC*, no dia 9 de julho de 2007 em Belém.
- 2007p  
“Reflexões Antropológicas Sobre Ciência e Cultura”. Intervenção na mesa-redonda “*Ciência e Cultura*”, realizada durante a *59ª Reunião Anual da SBPC*, no dia 12 de julho de 2007 em Belém.
- 2007q  
Coordenador da “Mesa Redonda 06 – Laudos periciais: contextos e perspectivas”, realizada durante a *VII Reunião de Antropologia do Mercosul*, em Porto Alegre, de 23 a 26 de julho.

- 2007r  
“Trocas em *portunhol*: por uma antropologia de dialogias simétricas”. Comunicação apresentada no Espaço Aberto 1 – Desafios da prática institucional e do desenvolvimento de redes na antropologia da América Latina, realizada durante a **VII Reunião de Antropologia do Mercosul**, em Porto Alegre, de 23 a 26 de julho.
- 2007s  
Debatedor de Cláudio Abramo, na palestra “Vulnerabilidades e Esperanças”, patrocinado por **Debater**, na Livraria Cultura de Brasília, 3m 14 de agosto de 2007.
- 2007t  
“Ações Afirmativas e Cidadania”. Trabalho apresentado na Mesa-Redonda VIII – **Ações afirmativas: velhos dilemas e novos desafios teóricos e éticos**, realizada no *Seminário Internacional Fábrica de Idéias: 10 anos de Experiência*, em 17 de agosto.
- 2007u  
“Radicalização da Democracia e Valorização da Cidadania”. Trabalho apresentado na mesa-redonda **A Reforma Democrática do Estado e a República que Queremos**, durante a *Conferencia Caio Prado Jr.*, realizada no dia 18 de agosto.
- 2007v  
“Desigualdade de Tratamento, Concepções de Igualdade e Cidadania”, conferência proferida no **Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Gama Filho**, em 30 de agosto de 2007.
- 2007w  
“A Trajetória da ABA na Cena Social Brasileira”. Palestra proferida na **Universidade Federal do Amazonas**, em 4 de setembro de 2007.
- 2007x  
“ABA’s Perspective on Academic Cooperation”. Intervenção realizada na **British Academy os Science**, durante o *CAPES-British Academy Meeting*, em 12 de setembro.
- 2007y  
“La Comprensión de los Conflictos Jurídicos”. Trabalho apresentado na 1ª sessão do **Seminário sobre Democracia y Justicia en América Latina**, realizado no **Ciesas**, na Cidade do México, em 26 de setembro.

- 2007z  
“Existe Violencia Sin Agresión Moral?”. Trabalho apresentado na 2ª sessão do *Seminario sobre Democracia y Justicia en América Latina*, realizado no *Ciesas*, na Cidade do México, em 27 de setembro.
- 2007za  
“Desigualdad de Tratamiento, Concepciones de Igualdad y Ciudadanía”. Trabalho apresentado na 3ª sessão do *Seminario sobre Democracia y Justicia en América Latina*, realizado no *Ciesas*, na Cidade do México, em 28 de setembro.
- 2007zb  
“Rumbos de la antropología aplicada en Brasil y México en la actualidad.” *Conferencia realizada no Ciesas*, na Cidade do México, em 27 de setembro.
- 2007zc  
“Ciência ou conhecimento e cidadania”. Trabalho apresentado na *Sessão Especial 03: A SBPC e os desafios das Ciências Sociais no cenário científico do Brasil*”, realizada em 24 de outubro, durante *31º Encontro Anual da ANPOCS*, 2007.
- 2007zd  
“Direitos, Justiça e Cidadania: uma abordagem antropológica”. Curso composto por duas palestras realizadas no *PPGA da UFF*, com apoio do NUFEP, realizado no dia 9 de novembro de 2007, em Niterói.
- 2007ze  
“Dialogical and Power Differences in World Anthropologies”. Trabalho apresentado na *AAA Presidential Session: Difference and (In)equality Within World Anthropologies*, durante o *106º AAA Annual Meeting*, realizado em Washington, DC through Nov. 27- Dec. 2, 2007.
- 2007zf  
"Antropologia no Brasil: caminhos, desafios, perspectivas atuais e futuras". Conferência proferida na *Sessão Comemorativa dos 30 Anos do PPGA-UFPe*, realizada em 7 de dezembro na *Universidade Federal de Pernambuco* em Recife.
- 2007zg  
“Sobre a Orientação Acadêmica”. Trabalho apresentado na mesa-redonda *As dores da tese e a relação orientador-orientando*, na *II Jornada de Antropologia do PPGA/UFF*, em 11 de dezembro de 2007.
- 2006a  
Debatedor da palestra “Igualdade e desigualdade perante a lei”, proferida pelo Prof. Roberto Kant de Lima, realizada na *Livraria Cultura de Brasília*, sob o patrocínio da Associação Debater, em 26 de janeiro de 2006.

- 2006b  
Palestra sobre “Pesquisa em Antropologia Jurídica”, realizada no âmbito do Grupo Lei e Sociedade, no auditório da *Biblioteca do UniCEUB* em 17 de fevereiro.
- 2006c  
“Droit légal et insulte morale”. Palestra proferida na *Maison des Sciences de l’Homme*, em Paris, no dia 15 de março de 2006.
- 2006d  
Lançamento do livro “*Droit légal et insulte morale: dilemmes de la citoyenneté au Brésil, au Québec et aux États-Unis*”, com palestra do autor, na livraria Le Genre Urbain Librairie, 29, rue de Tourtille, 75020- PARIS, M°Belleville, em 21 de maio.
- 2006e  
“*Violence and citizenship in Brazil: a comparative perspective*”. Palestra realizada no *Oxford Center for Brazilian Studies*, em 23 de maio de 2006.
- 2006f  
“Racismo, direitos e cidadania”. Palestra realizada no *Instituto de Ciências Sociais (ICS)*, em Lisboa, e promovida conjuntamente com o Mestrado em Antropologia: Multiculturalismo e Identidades (ISCTE), em 29 de maio de 2006.
- 2006g  
Co-coordenador com Marco Antonio Mello da sessão do Grupo de Trabalho GT32 *Mercado & Cidade Política: os sentidos da troca, dos direitos e da cidadania*, durante a *25ª Reunião Brasileira de Antropologia*, realizada de 11 a 14 de junho de 2006 em Goiânia.
- 2006h  
“A Crise do Mensalão: Ética e Éthos na Política”. Trabalho apresentado na mesa-redonda *Ética e Éthos na Política*, realizada durante a *25ª Reunião Brasileira de Antropologia*, realizada de 11 a 14 de junho de 2006 em Goiânia.
- 2006i  
“Justiça e Cidadania: dilemas para a reforma do judiciário”. Trabalho apresentado no *Seminário Internacional Novas Abordagens Para a Reforma do Estado*, promovido pelo Centro de Estudos Avançados de Governo-CEAG/UnB e City University of New York-CUNY, e realizado na Universidade de Brasília em 28 de junho de 2006.
- 2006j  
“Sistemas de Justiça: A Construção de Uma Nova Sensibilidade Jurídica”. Debatedor do tema do *Seminário Cooperação Internacional e a Construção do Estado em Timor-Leste*, realizado de 25 a 28 de julho de 2006 na Universidade de Brasília.

- 2006k  
“A ABA e o Ofício do Antropólogo”. Palestra proferida no âmbito da *Semana Antropológica*, realizada em 4 de setembro na Universidade de Brasília.
- 2006l  
“O Ofício do Antropólogo e a Construção do Conhecimento”. Conferência proferida *XII Semana de Ciências Sociais* na Universidade Federal de Goiás, em 6 de outubro.
- 2006m  
“Direito, Reconhecimento, Imigração e Cidadania”. Trabalho apresentado na mesa-redonda *Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais*, durante o *30º Encontro Anual da ANPOCS*, realizado em Caxambu entre 24 e 28 de outubro.
- 2006n  
Palestrante na Sessão Especial (SE03) “*Homenagem a Roberto Cardoso de Oliveira*”, realizada no *30º Encontro Anual da ANPOCS*, em 26 de outubro de 2006.
- 2006o  
“La Antropología y los Derechos que la Justicia no ve”. Serie de palestras compondo o Curso de Pós-Graduação dado na *Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires*, nos dias 6, 8 e 10 de Novembro de 2006.
- 2006p  
“Inmigración, ciudadanía y concepciones de igualdad”. Conferência proferida no dia 13 de novembro na *Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales da Universidad Nacional de Misiones*.
- 2006q  
“Multiculturalismo, Pluralismo e Direitos de Minoria”. Trabalho apresentado na mesa-redonda sobre *Multiculturalismo*, durante o *VIII Encontro Nacional da 6ª Câmara do MPF*, realizado de 21 a 24 de novembro em Palmas-TO.
- 2006r  
“Educação Indígena, Cidadania e Antropologia”. Trabalho apresentado na mesa-redonda *Antropologia, Educação e Modernidade: para onde vamos?*, realizada em 22 de novembro no âmbito da *Reunião da SBPC-Regional*, em Tocantins.
- 2006s  
“O Ofício do Antropólogo e o Mercado de Trabalho”. Palestra proferida durante a *Reunião da SBPC-Tocantins*, em 22 de novembro de 2006.

- 2006t  
“Reconnaissance, don et équité”, trabalho apresentado no colóquio “*La sociologie face à la question de la reconnaissance*”, realizado na Maison de l’Europe, em Paris, de 14 a 16 de dezembro de 2006.
- 2005a  
Coordenador da mesa-redonda sobre o filme “*Si le temps le permet*”, realizada com a presença da diretora Elisapie Isaac, no auditório da *Reitoria da UnB*, em 22 de março.
- 2005b  
Relator do tema de pesquisa “Direitos Sociais e Direitos Humanos” no *Seminário Rituais, Representações, Violência: balanço dos resultados de um projeto*, realizado entre 28 e 31 de março no Museu Nacional-UFRJ, no *Núcleo de Antropologia da Política*, sob o patrocínio do PRONEX.
- 2005c  
“Antropologia e Direito em Perspectiva”, palestra proferida na *V Semana Acadêmica Multidisciplinar de Direito*, realizada em 20 de maio na Universidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.
- 2005d  
Moderador do “Seminário Terapias e Psicoterapias Culturais”, realizado no âmbito da *IV Jornada Sobre Psicopatologia e Linguagem*, realizada nos dias 3 e 4 de junho de 2005 na UnB.
- 2005e  
“Direitos, Insulto e Cidadania (Existe violência sem agressão moral?)”, trabalho apresentado em *Estado, Violência e Cidadania na América Latina: Jornadas Interdisciplinares*, realizada na Universidade Livre de Berlim, entre 23 e 25 de junho de 2005.
- 2005f  
Moderador/comentador da sessão sobre “Mercados Urbanos” no âmbito do simpósio 21 — *Mercados e cidades: conflitos de urbanidades e concepções do público na especialização das práticas sociais e econômicas* —, do qual fui um dos coordenadores, realizado durante o *1º Congresso Latinoamericano de Antropología* em Rosario, Argentina, entre 11 e 15 de julho de 2005.
- 2005g  
Mediador/comentador da sessão sobre “Ética, Religião e Teatro” no âmbito do seminário *Sartre as Razões da Liberdade*, realizado no Centro Cultural Banco do Brasil, em Brasília, no dia 28 de setembro.

2005h

Coordenador do GT 8 "*Etnografia e Economia Política dos Mercados Urbanos: estratégias metropolitanas, públicos e conflitos de urbanidade na espacialização das práticas sociais e econômicas*" durante a **VI RAM**, realizada entre 16 e 18 de novembro de 2005, em Montevidéu, no Uruguai.

2005i

“Existe Violência Sem Agressão Moral?”, palestra proferida nos **Seminários do DAN**, no âmbito do Departamento de Antropologia da UnB, em 23 de novembro de 2005.

2005j

“Existe Violência Sem Agressão Moral?”, palestra proferida no **Departamento de Antropologia da UFF**, em 12 de dezembro de 2005.

2004a

“Comentário ao documento: *Mapeamento e Diagnóstico sobre Direitos Sexuais no Brasil*”, discutido em 16 de abril no **Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos**, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ.

2004b

“A Invisibilidade do Insulto: ou como perder o juízo em Juízo”, trabalho apresentado no seminário *Estado Brasileiro e Políticas da Diferença*, realizado na **Escola Superior do Ministério Público da União**, sob o patrocínio da ABA/FORD, em 12 de maio.

2004c

“Querelantes insistentes: ou como perder o juízo em Juízo”, palestra realizada no **Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas – NUFEP**, da Universidade Federal Fluminense em 10 de agosto de 2004.

2004d

“Comentário à 1ª Sessão do *Fórum de Pesquisa 38 - Cidades e Mercados: novas formas de conflito na espacialização das práticas sociais e econômicas*”, do qual fui um dos coordenadores, realizado durante a **24ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia**, em Recife, em junho de 2004.

2004e

“A invisibilidade do insulto e a dimensão terapêutica da justiça”. Palestra apresentada no **Ciclo de Debates: Direitos Humanos — Direitos de Todos**, promovido pelo Centro de Documentação da Secretaria de Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 28 de setembro de 2004.

- 2004f  
“Identidade, Cidadania e Direitos Humanos”. Palestra proferida no painel *Pensamento Social, Direitos Humanos e Democracia II*, realizado no âmbito da **1ª Conferência Internacional de Direitos Humanos e Democracia** da Universidade de Brasília, em 9 de dezembro de 2004.
- 2003a  
“Direito, Moral e Sentimentos”. Palestra proferida no **Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas – CEPPAC**, na UnB, no dia 30 de abril de 2003.
- 2003b  
“Antropologia e Direitos Humanos”. Palestra proferida no âmbito do *Curso de Antropologia e Direitos Humanos* promovido pela ABA/ESMPU, na **Escola Superior do Ministério Público da União**, em Brasília, no dia 26 de maio de 2003.
- 2003c  
“As dimensões legal e moral dos direitos humanos”. Palestra proferida no âmbito do mini-curso *Direitos Humanos Nação e Cidadania*, realizado durante a **VIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste** – ABANNE, em julho de 2003.
- 2003d  
“Legalidade e Moralidade em uma Perspectiva Comparada”. Palestra proferida no **Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas – NUFEP**, da Universidade Federal Fluminense, em 24 de setembro de 2003.
- 2003e  
“Os Direitos Humanos e a Expansão da Cidadania: Igualdade, Liberdade e Equidade de Direitos”. Trabalho apresentado na **Oficina Antropologia e Direitos Humanos**, promovida pela ABA em Niterói, RJ, de 24 a 26 de setembro de 2003, na Mesa *Igualdade, Liberdade e Direitos Humanos*.
- 2003f  
“Reconhecimento, pertença e consideração: a cidadania em perspectiva no Brasil e no Canadá”. Trabalho apresentado na Semiplenária *Cooperação Brasil Canadá*, durante o **VII Congresso Internacional da ABECAN** (Associação Brasileira de Estudos Canadenses) e **I Congresso Latino-Americano de Estudos Canadenses**, realizado entre 11 e 14 de novembro de 2003, em Belo Horizonte.
- 2003g  
“O Edital de Ciências Humanas e a Política de Fomento do CNPq”. Palestra proferida no **ICHF da Universidade Federal Fluminense**, a convite da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, em 21 de novembro de 2003.



- 2003h  
Debatedor do Grupo de Trabalho “Violência de Gênero e Violência Intra-Familiar”, durante a *V Reunião de Antropologia do Mercosul*, realizada entre 30 de novembro e 3 de dezembro em Florianópolis.
- 2003i  
“Da tolerância ao reconhecimento: sobre o lugar da igualdade assimétrica nas democracias contemporâneas, como no Quebec por exemplo.” Trabalho apresentado no Fórum *Violência, (In)Segurança Pública e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção de Verdades no Espaço Público — Abordagens Interdisciplinares em uma Perspectiva Comparada*, na *V Reunião de Antropologia do Mercosul*, realizada entre 30 de novembro e 3 de dezembro em Florianópolis.
- 2003j  
Coordenador do Fórum *Violência, (In)Segurança Pública e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção de Verdades no Espaço Público — Abordagens Interdisciplinares em uma Perspectiva Comparada*, na *V Reunião de Antropologia do Mercosul*, realizada entre 30 de novembro e 3 de dezembro em Florianópolis.
- 2003k  
“Direito Legal e Insulto Moral: perspectivas cidadãs no Canadá, EUA e Brasil”. Palestra apresentada no *Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Gama Filho*, no Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 2003.
- 2003l  
“Direito Legal e Insulto Moral”. Palestra apresentada no *Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense*, em 4 de dezembro de 2003.
- 2002a  
“Violência Moral e a Mediação de Conflitos”. Trabalho apresentado no Seminário: *Uma Polícia Democrática e Cidadã Para a Construção da Paz*, no âmbito do *II Fórum Social Mundial*, realizado nos dias 4 e 5 de fevereiro em Porto Alegre.
- 2002b  
“Insulto Moral, Direitos e Cidadania”. Trabalho apresentado na mesa-redonda *Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos*, realizada em 22 de fevereiro de 2002 no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará.
- 2002c  
“Discriminação Cívica , Racismo e Cotas para Negros”. Palestra apresentada no *Ciclo de Debates: O Sistema de Cotas para alunos negros na UnB*, realizado nos dias 15 e 16 de abril de 2002, no Departamento de História da UnB.

- 2002d  
“O CNPq e a formação em Antropologia no exterior”. Comunicação apresentada no Fórum Especial da ABA “A Formação do Antropólogo”, durante a **23ª Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada de 16 a 19 de junho de 2002 em Gramado, RS.
- 2002e  
“Rituais, Política e Sentimentos”. Comunicação apresentada no Simpósio “Uma Antropologia da Política: rituais, representações e violência”, durante a **23ª Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada de 16 a 19 de junho de 2002 em Gramado, RS.
- 2002f  
“Direito, Identidade, Cidadania e Violência Moral”. Palestra proferida no **Departamento e Mestrado em Antropologia** da Universidade Federal do Pará, em 16 de agosto de 2002.
- 2002g  
Comentador na 3ª sessão — “A Lei 9099 e seus efeitos sobre a violência de gênero, doméstica e comunitária” do Seminário *Gênero e Cidadania* realizado pelo **Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Estadual de Campinas**, em 17 de outubro de 2002.
- 2002h  
“Discriminação, Identidade e Sentimentos”. Trabalho apresentado no **XXVI Encontro Anual da ANPOCS**, realizado em Caxambu, MG, de 22 a 26 de outubro de 2002, no GT *Rituais, representações e narrativas políticas*.
- 2002i  
Série de palestras correspondente ao módulo “*A Antropologia e os direitos que o judiciário não vê*” ministradas no âmbito da disciplina “Antropologia e Direito” ofertada pelo **Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná**, cumprindo um total de 24 horas/aula, durante os dias 22, 23, 29 e 30 de novembro e 6 e 7 de dezembro de 2002.
- 2001a  
“Preconceito Racial e Iniquidade Social”. Trabalho apresentado na **Pré-Conferência Cultural do Desenvolvimento, Racismo x Equidade**, promovida pela Fundação Cultural Palmares e realizada nos dias 15 e 16 de janeiro, em Porto Alegre.

2001b

"O *Biocentrismo* na regulamentação da ética em pesquisa envolvendo seres humanos". Comentários à mesa-redonda *Implicações para a prática antropológica da aprovação das Normas para Pesquisas Envolvendo Seres Humanos/Área de Povos Indígenas (Resolução 304/00 do CNS)*, realizada durante a **Oficina de Trabalho: Antropologia Social, Ética e Pesquisa com Povos Indígenas**, promovida pela ABA, na Universidade de Brasília, em 5 e 6 de abril de 2001.

2001c

"Relações Inter-nacionalidades: Legalidade e Eticidade na Percepção de Igualdade Entre as Nações". Palestra proferida durante a **V Semana de Antropologia: Antropologia Prática e Direitos Humanos**, realizada na Universidade Católica de Goiás de 23 a 27 de abril de 2001, em Goiânia.

2001d

"Individualismo, Identidades Coletivas e Cidadania: Os Estados Unidos e o Quebec Vistos do Brasil". Trabalho apresentado na mesa-redonda "*Cidadania, Direitos, Crime*", durante o **Encontro Nacional do NuAP** (Núcleo de Antropologia da Política/PRONEX), realizado entre 1 e 3 de agosto no Rio de Janeiro.

2001e

"Preconceito, Democracia Racial e a Desarticulação Entre Esfera Pública e Espaço Público no Brasil". Trabalho apresentado na mesa-redonda **Ética e Relações Raciais**, durante a Oficina de Direitos Humanos da ABA, realizada na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, de 30 de agosto a 1 de setembro de 2001.

2001f

"As Pequenas Causas e a Informalização da Justiça nos EUA". Trabalho apresentado no Painel — *Informalização da Justiça: para que e para quem?*, realizado durante o **VII Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**, em São Paulo, no dia 3 de outubro de 2001.

2001g

"Interculturalidade: conceito, contexto e perspectivas". Questionário respondido para apresentação no **Encuentro internacional sobre interculturalidad**, promovido pelo Centro UNESCO da Catalunya e pela Fundação CIDOB de Barcelona. O evento foi realizado entre 15 e 17 de novembro de 2001 em Barcelona, na Espanha.

2000a

"Eticidade e Direitos nas Pequenas Causas". Palestra realizada para o curso de *Introdução à Pesquisa Jurídica*, na **Faculdade de Direito da UnB**, em 29 de maio.

- 2000b  
“Nacionalismo (ou Nacionalidades), Cultura e Cidadania”. Introdução ao Simpósio organizado por mim, com o mesmo título, na **22ª Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre 16 e 19 de julho de 2000, em Brasília.
- 2000c  
“Comentários críticos a *Possibilidades e limites das pesquisas de intenção de voto*”. Trabalho elaborado por Antônio Lavareda para o Seminário sobre **Política e Valores**, organizado pelo Departamento de Sociologia da UnB, em 24-25 de agosto.
- 2000d  
“Ética em Pesquisa na Antropologia”. Palestra proferida no Forum sobre *Ética em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, realizada na âmbito da **Iª Semana de Ensino, Pesquisa extensão da UFSC**, em 8 de novembro de 2000.
- 2000e  
“Comentários sobre ética e procedimentos de pesquisa”. **Oficina de Antropologia e Ética**, realizada na URGS, em Porto Alegre, nos dias 14 e 15 de dezembro de 2000.
- 1999a  
“Identidades Coletivas e Cidadania Numa Perspectiva Comparativa”. Palestra proferida no Seminário promovido pelo NuAP/PRONEX no **Departamento de Antropologia da UnB** em 29 de junho de 1999.
- 1999b  
“Identidades Coletivas e Cidadania: as Demandas de Reconhecimento do Quebec”. Trabalho apresentado na Mesa-Redonda *Valores políticos, modernidade e cidadania: a agenda dos anos 90*, durante a realização do **IX Encontro de Cientistas Sociais Norte-Nordeste**, de 11 a 13 de agosto de 1999.
- 1999c  
“Comentários...”. Debatedor dos trabalhos apresentados na sessão “A Construção de Atores Políticos” do GT *Rituais, representações e violência na Política*, durante o **XXIII Encontro Anual da ANPOCS**, no dia 20 de outubro.
- 1999d  
“Comentários...”. Debatedor dos trabalhos apresentados na mesa-redonda “Identidade e Diferença na Cultura Política”, no âmbito do **Seminário Projeto Sol: Cultura e Política na Contemporaneidade**, realizado no auditório da Reitoria da UnB em 3-4 de novembro de 1999.
- 1999e  
“Individualismo, identidades coletivas y ciudadanía: los Estados Unidos y Quebec vistos desde Brasil”. Trabalho apresentado no **Primer Congreso Internacional de Especialistas Latinoamericanos en Estudios sobre Estados Unidos y Canadá**,

realizado nos dias 25 e 26 de novembro na Cidade do México.

1998a

“Eventos Políticos e Resolução de Disputas: Brasil e Canadá”. Comunicação apresentada durante a realização da **21ª Reunião Brasileira de Antropologia e 1ª Reunião de Teoria Arqueológica na América do Sul**, entre 5 e 9 de abril.

1998b

“Liberalismo Político e Insulto Moral”. Comentários à conferência de Thomas Pogge, *The Liberalism/Communitarianism Debate in US Philosophy*, apresentada no **Seminário Internacional: “Multiculturalismo, Democracia e a Singularidade Cultural Brasileira”, Perspectivas para o Século XXI**, realizado na UnB, entre 24 e 28 de agosto.

1998c

“Democracia e Cultura no Quebec”. Trabalho apresentado no seminário **Lanche Acadêmico do CEPPAC**, realizado na UnB em 11 de setembro de 1998.

1998d

“A Retórica do Ressentimento e as Demandas de Reconhecimento”. Trabalho apresentado no GT *Rituais, representações e violência na Política*, durante o **XXII Encontro Anual da ANPOCS**, no dia 28 de outubro.

1998e

“Comentários...”. Debatedor dos trabalhos apresentados na sessão “A Construção de Atores Políticos” do GT *Rituais, representações e violência na Política*, durante o **XXII Encontro Anual da ANPOCS**, no dia 30 de outubro.

1998f

“Republican Rights and Nationalism: Collective Identities and Citizenship in Brazil and Quebec”. Trabalho apresentado ao longo de duas palestras proferidas nos dias 15 e 16 de dezembro, no âmbito da *Amerika-Konferenz*, realizada em Erfurt (Alemanha), no **Max-Weber-Kolleg für kultur und sozialwissenschaftliche Studien**.

1997a

“Nacionalismo, Cidadania e Cultura no Québec”. Palestra proferida em 20 de junho de 1997 no âmbito do Seminário **Teoria e Pesquisa em Política e Relações Internacionais**, promovido pelo Departamento de Relações Internacionais da UnB e pelo PROIN/CAPES.

1997b

“Democracia, Hierarquia e Cultura”. Trabalho apresentado no Grupo Temático: *Igualdade, Hierarquia e Democracia no Brasil Contemporâneo*, durante o **8º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia**, realizado entre 7 e 9 de agosto

de 1997.

1997c

“Excepcionalismo e Multiculturalismo”. Comentários feitos à palestra do Dr. Carl Guarneri, no âmbito do seminário *Pluralismo Cultural e Globalização: Brasil e Estados Unidos*, organizado pela Embaixada Americana na UnB, em 19 de agosto de 1997.

1997d

“Comunidades Políticas e os Limites do Racionalismo Ocidental”. Trabalho apresentado na mesa redonda *O Racionalismo Ocidental*, no âmbito do *Seminário Internacional Max Weber*, realizado entre 22 e 27 de setembro de 1997 na UnB.

1997e

“Cidadania, cultura e os limites do liberalismo”. Trabalho apresentado no Seminário Temático Liberalismo e comunitarismo: o que este debate tem a ver com o Brasil, realizado durante o *XXI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.- ANPOCS*, entre 21 e 25 de outubro de 1997.

1997f

“Imprensa e Cidadania”. Trabalho apresentado no painel sobre “Imprensa, Desenvolvimento e Cidadania”, realizado no âmbito do *IV Seminário de Comunicação do Banco do Brasil* (“A Comunicação e a Nova Agenda do País”), no dia 28 de novembro.

1996a

“Justice, Solidarity and Citizenship Rights in Brazil and the USA”. Palestra proferida no Departamento de Antropologia da *Rice University* em 3 de maio de 1996.

1996b

“Ação Afirmativa e Equidade”. Trabalho apresentado no Seminário Internacional *Multiculturalismo e Racismo: O Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos*, realizado em Brasília entre os dias 2 e 4 de julho de 1996.

1996c

“Nationalisme, Citoyenneté et Culture Publique”. Palestra proferida no seminário sobre Nacionalismo, sob a direção da Profa. Deirdre Meintel, no Departamento de Antropologia da *Université de Montréal*, em 3 de outubro de 1996.

1995a

“Between Justice and Solidarity: The Dilemma of Citizenship Rights in Brazil and the USA”. Palestra proferida no Departamento de Antropologia da *Université de*

*Montréal* em 23 de novembro de 1995.

1995b

"Eticidade, Cidadania e Multiculturalismo". Palestra proferida no *Seminário do Departamento de Antropologia*, realizada no dia 23 de junho, junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1995c

"O Juizado de Pequenas Causas nos EUA: questões de interpretação e de aplicação da justiça". Palestra proferida na sessão de abertura do *Seminário Justiça e Sociedade*, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Gama Filho, em 22 de março de 1995.

1994a

"Entre a Imparcialidade das Decisões e a Validade do Sentido: um Diálogo Possível". Trabalho apresentado na mesa redonda *Antropologia e Direito no Brasil: um Diálogo Possível*, durante a *XIX Reunião da Associação Brasileira de Antropologia*, realizada em Niterói, RJ, de 27 a 30 de março de 1994.

1994b

"Comentários...". Contribuição ao debate com Ernest Gellner sobre "O Relativismo Enquanto Visão de Mundo", realizado no dia 17 de maio de 1994 no Espaço Banco Nacional de Cinema, em São Paulo, como parte das conferências *Banco Nacional de Idéias - Ciclo 1994*.

1994c

"Eleições e o Espaço da Política". Comentários feitos aos textos apresentados na 5ª Sessão do *Seminário Antropologia e Eleições*, realizado entre os dias 31 de agosto e 2 de setembro de 1994 no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1993a

"Quando Fazer é Refletir: sobre a importância do ensino de filosofia na formação do antropólogo". Trabalho apresentado na mesa redonda "É Necessária a Filosofia para Outros Cursos da Universidade?", realizada durante a *IV Semana Universitária da UnB*, em abril de 1993.

1993b

"A Extensão nas Ciências Sociais". Trabalho apresentado na mesa redonda "As Ciências Sociais e a Extensão", realizada durante a *IV Semana Universitária da UnB*, em abril de 1993.

- 1993c  
"Comentários...". Contribuição para a mesa redonda "Saídas para a Crise: Dimensões Sócio-Econômicas e Ético Políticas", na qual participei como debatedor, durante a realização da *IV Semana Universitária da UnB*, em abril de 1993.
- 1993d  
"Justiça, Solidariedade e Reciprocidade: Habermas e a Antropologia". Trabalho apresentado na mesa-redonda "Racionalidade, Temporalidade e Subjetividade: Habermas e as Ciências Sociais", no âmbito do *VI Congresso Brasileiro de Sociologia*, durante a *45ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência*, realizado em Recife, em julho de 1993.
- 1993e  
"O Homem Moderno e os Limites do Individualismo". Comentários ao texto "O Homem Moderno - Um Ensaio", apresentado por Termenon Solis durante a *XX Semana de Filosofia*, realizada em setembro na UnB, e que teve como tema *A Idéia de Natureza Humana*.
- 1993f  
"Entre o Justo e o Solidário: Os Dilemas da Cidadania na Nova Ordem Democrática". Trabalho apresentado na mesa redonda "A Cidadania no Pós-Socialismo: Aspectos Teóricos e Filosóficos", durante a realização do *XVII Encontro Anual da ANPOCS*, em outubro de 1993, no Hotel Glória em Caxambú.
- 1993g  
"Moralidade e Direito em Jürgen Habermas". Trabalho apresentado na mesa redonda *Habermas e o Direito*, realizada na Faculdade de Direito da UFPE, em Recife, no dia 6 de novembro de 1993.
- 1993h  
"Debatedor especial" do Prof. Niklas Luhmann nas palestras *A relação entre Direito Positivo e Ideologia e Em que sociedade vivemos hoje?*, proferidas por ele nos dias 6 e 7 de novembro de 1993 na Fundação Joaquim Nabuco, em Recife.
- 1992a  
"Direito ou Privilégio: Reflexões sobre o equacionamento da Justiça e da Cidadania no Brasil". Trabalho apresentado na *XVIII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia - ABA*, em abril de 1992.
- 1992b  
"A Crise dos Paradigmas nas Ciências Sociais". Trabalho apresentado no *XI Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Sociais - ENECS*, realizado em Brasília, em abril de 1992.



- 1992c  
"Direitos Humanos e Cidadania no Brasil: Algumas Reflexões Preliminares". Trabalho apresentado no *VII Encontro Nacional do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos*, realizado de 26 a 31 de janeiro de 1992, em Brasília.
- 1992d  
"A Antropologia Como Profissão", introdução a mesa redonda "Os Usos da Antropologia", coordenada por mim, durante a *III Semana Universitária - UnB 30 Anos*, em maio de 1992.
- 1992e  
"Extensão e Emancipação: Reflexões sobre a Socialização da Produção Antropológica". Trabalho apresentado na mesa *redonda "Antropologia, Cidadania e Extensão: Conceituação e Experiências"* realizada no dia 05/11/92 na UnB, como parte das Comemorações dos 20 Anos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.
- 1991a  
"A Definição de Um Problema e a Elaboração de Projetos de Pesquisa nas Ciências Sociais". Palestra realizada no *Programa de Doutorado Conjunto FLACSO/UnB em Estudos Comparativos sobre a América Latina e o Caribe*, em abril de 1991.
- 1991b  
"Problemas e Perspectivas da Pós-Graduação em Antropologia". Trabalho apresentado na *II Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Sessão Sul*, realizado em Curitiba, em novembro de 1991.
- 1990a  
"A Questão dos Paradigmas e a Perspectiva Antropológica". Trabalho apresentado no *Encontro Nacional de Assistentes Sociais* realizado em Brasília, em novembro de 1990.
- 1990b  
"A Vocação Crítica da Antropologia". Trabalho apresentado na *XVII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia - ABA*, em abril de 1990.
- 1990c  
"Da Moralidade à Eticidade Via Questões de Legitimidade e Equidade". Palestra realizada no *Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília*, em março de 1990.

- 1990d  
"Sobre a Epistemologia da Antropologia". Palestra realizada no *Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília*, em maio de 1990.
- 1990e  
"A Vocação Crítica da Antropologia e Sua Relação Com a Filosofia". Palestra realizada no *Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília*, em agosto de 1990.
- 1990f  
"Produção, Circulação e Consumo Antropológico na UnB". Trabalho apresentado no *Painel Antropológico, realizado no Auditório Dois Candangos na UnB*, em 30 e 31 de agosto de 1990.
- 1990g  
"Questões Antropológicas da Modernidade Tardia". Trabalho apresentado no Seminário "*Antropologia, Modernidade e Cultura de Massa*", realizado na UnB, em dezembro de 1990.
- 1989  
"Habermas e a Antropologia". Palestra realizada no *IUPERJ*, em novembro de 1989.
- 1988  
"Legitimidade e Equidade: As Pequenas Causas em Massachusetts". Palestra realizada no *Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília*.
- 1987  
"Comunicação e Equidade: As Pequenas Causas Num Juizado Norte-Americano". Palestra proferida no *Departamento de Ciências Sociais da UNICAMP* em 08 de abril de 1987.
- 1978  
"Artesanato Krah : Divisão de Trabalho e Trançado". Trabalho apresentado na *XI Reunião da Associação Brasileira de Antropologia* realizada em Recife, em maio de 1978.

### Participa o em Bancas de Concurso Público

- 2004a  
Membro da Banca Examinadora do Concurso Público para Professor, na área de Antropologia, realizado pelo Departamento de Antropologia da UNICAMP nos dias 22, 23 e 24 de junho.

2004b

Membro da Banca Examinadora do Concurso Público para professor-adjunto, na área de Antropologia, realizado pelo Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense, no período de 3 de agosto a 6 de agosto de 2004.

1994

Membro da Banca Examinadora do Concurso Público para Professor Adjunto, na área de Antropologia, realizado pelo Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense nos dias 18, 19 e 20 de abril.

1993

Membro da Banca que examinou os candidatos à vaga de Professor Adjunto, na área de Sociologia Política, em concurso público realizado pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília nos dias 25 e 26 de março.

### Dissertações e Teses Orientadas

2007a

André Gondim do Rego. “O Trabalho do Antropólogo no Ministério Público Federal, e outras considerações sobre a articulação entre o Direito e a Antropologia”. Dissertação de mestrado defendida no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, em 5 de março de 2007.

2007b

Roderlei Nagib Góes. “Entre Deuses: Notas Etnográficas do Olimpo”. Dissertação de mestrado defendida no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, em 9 de março de 2007.

2006a

Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão. “Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma Política Pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento”, tese de doutorado defendida no Departamento de Antropologia da UnB, em 23 de fevereiro de 2006.

2006b

Silvia Monroy Alvarez. “Choque ideológico em um escritório modelo rural na Colômbia. Identidade, reconhecimento e superposição de valores”, dissertação de mestrado defendida no Departamento de Antropologia da UnB, em 30 de março de 2006.

2006c

Cristina Dias. "'Viver em Primeira Pessoa': Uma proposta de humanização como técnica corporal", dissertação de mestrado defendida no Departamento de Antropologia da UnB, em 24 de março de 2006.

2006d

Viviane Araújo Aguiar. "CAJE: retratos de um cotidiano de conflitos", dissertação de mestrado defendida no Departamento de Antropologia da UnB, em 2 de maio de 2006.

2005a

Carlos Gomes de Oliveira. "Saber Calar, Saber Conduzir a Oração: A Administração de Conflitos num Juizado Especial Criminal do DF". Dissertação de mestrado, defendida em 11 de abril de 2005, no Departamento de Antropologia da UnB.

2005b

Daniel Schroeter Simião. "As Donas da Palavra: gênero, justiça e a invenção da violência doméstica em Timor-Leste", tese de doutorado defendida no Departamento de Antropologia da UnB, em 25 de maio de 2005.

2005c

Rebecca F. A. M. Lemos Igreja. "Estado, Diferença Cultural e Políticas Multiculturalistas: Uma Comparação entre Brasil e México", tese de doutorado defendida no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas – CEPPAC, na UnB, em 10 de junho de 2005.

2001

Lea Maria Tomaz. "Diferença e Igualdade Entre os Estados: uma etnografia da precedência nas relações diplomáticas". Dissertação de mestrado defendida no Departamento de Antropologia da UnB, em 30 de abril de 2001.

2000a

Manoel Alexandre Ferreira da Cunha. "A Sociedade da Penumbra: Banditismo Social e Política nos Sertões da Amazônia". Tese de Doutorado defendida no Departamento de Antropologia da UnB em fevereiro de 2000.

2000b

Kelly Cristiane da Silva. "O novo nome da democracia: a retórica sobre os Direitos Humanos no governo FHC". Dissertação de mestrado defendida no Departamento de Antropologia da UnB, em 10 de abril de 2000.

1997

Lúcia Helena Alves Müller. "Mercado Exemplar: um estudo antropológico sobre a bolsa de valores". Tese de Doutorado defendida no Departamento de Antropologia da UnB em dezembro de 1997.

1995

Gloreni Aparecida Machado. "Direitos x Responsabilidades: Os Paradoxos da Isonomia Conjugal". Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de Antropologia da UnB em setembro de 1995.

1992a

José Zuchiwschi. "Agora e na Hora da Nossa Morte: por uma interpretação simbólica do espaço funerário da São Paulo Contemporânea". Dissertação Mestrado defendida no Departamento de Antropologia da UnB, em março de 1992.

1992b

Lais Mourão Tavares de Oliveira. "O Psíquico e o Simbólico: Contribuições Para Uma Abordagem Junguiana da Cultura". Tese de Doutorado defendida no Departamento de Antropologia da UnB, em maio de 1992.

### Participação em Bancas de Defesa de Teses e Dissertações

2008a

Regina Lúcia Teixeira Mendes da Fonseca. "Dilemas da Decisão Judicial. As representações de Juizes Brasileiros Sobre o Princípio do Livre Convencimento do Juiz e Outros Princípios Correlatos." Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Gama Filho, em 22 de fevereiro de 2008.

2007a

Jacqueline Sinhoretto. "Ir aonde o povo está: etnografia de uma reforma da justiça". Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, em 27 de fevereiro de 2007.

2007b

Rodrigo Augusto Lima de Medeiros. "Construção de Significados no Evento-Situacional, Usina Hidrelétrica Corumbá IV: Desapropriações, Reordenamentos e Formação de Uma Ordem Moral". Dissertação de mestrado defendida no CEPPAC, UnB, em 19 de março de 2007.

2007c

Brígida Renoldi. "Os vãos esquecidos: Experiência de investigação, julgamento e narcotráfico na fronteira Argentina-Paraguaiá". Tese de doutorado defendida no

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/IFCS/UFRJ, em 30 de março de 2007.

2007d

Patrícia de Araújo Brandão Couto. “O Direito ao Lugar: situações processuais de conflito na reconfiguração social e territorial no Município de Itacaré — BA”. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF.

2007e

Bárbara Gomes Lupetti Baptista. “O Princípio da Oralidade às Avesas: um estudo empírico sobre a construção da verdade no processo civil brasileiro”. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Gama Filho, no dia 4 de maio.

2007f

Jean Paraizo Alves. “Em Busca da Cidadania: Escolarização e Reconhecimento de Identidades Indígenas em dois Países Americanos (Brasil e México)”. Tese de doutorado defendida no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas, em 15 de agosto de 2007.

2007g

Gláucia Maria Pontes Mousinho. “Sobre Culpados e Inocentes: O Processo de Criminação e Incriminação Pelo Ministério Público Federal Brasileiro”. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF, em 5 de outubro.

2006a

Rosinaldo Silva de Souza. “Os *Cocaleros* do Chapare: coca, cocaína e políticas internacionais antidrogas na Bolívia”. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da UnB, em 3 de julho de 2006.

2006b

Janaina de Cássia Carvalho. “Controle Social e Responsabilização Familiar: a Administração da Emergência Psiquiátrica em Brasília e na Cidade do México. Tese de doutorado apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas – CEPPAC, na Universidade de Brasília, em 6 de setembro de 2006.

2006c

Eduardo Vieira Barnes. “O Conselho do Parque Nacional da Serra do Divisor: Rituais Políticos, (Sobre)Posições e Representações Territoriais”. Dissertação de mestrado defendida no Departamento de Antropologia da UnB, em 4 de dezembro de 2006.

2005a

Rívia R. B. de Alencar. “Será que dá samba? Mudança, Gilberto Gil e Patrimônio

Imaterial no Ministério da Cultura”. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia da Unb, em 25 de fevereiro de 2005.

2005b

Gilson Ciarallo. “Secularização do Brasil. Autonomização, Pluralização e Privatização da Religião.” Tese de doutorado defendida em 11 de março de 2005, no Departamento de Sociologia da UnB.

2005c

Ximena Pamela Diaz Bermúdez. “Políticas Públicas e Narrativas sobre a aids: Um Contraponto Brasil-França.” Tese de doutorado defendida em 4 de abril de 2005, no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC, na Unb.

2005d

Odim Brandão Ferreira. “A idéia de proporcionalidade no direito: uma análise sinepéica”. Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Direito da UnB em 26 de agosto de 2005.

2005e

Mariza Rios. “Modos de Produção dos *Direitos* em Comunidades Remanescentes de Quilombo: a Experiência de Preto Forro”. Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Direito da UnB em 9 de dezembro de 2005.

2005f

Leany Barreiro de Souza Lemos. “Controle Horizontal em Democracias Presidencialistas: Brasil e EUA em perspectiva comparada”. Tese de doutorado defendida no CEPPAC, da UnB, em 19 de dezembro de 2005.

2004a

Juliano Vieira Alves. “Juizados Especiais Cíveis do Paranoá: Pessoaalidade e Impessoalidade nos Interstícios do Estado”. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília – UnB, em janeiro de 2004.

2004b

Luiz Guilherme Veiga de Almeida. “Ritual, Risco e Arte Circense: O Homem em situações limites”. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília – UnB, em 19 de março de 2004.

2004c

Kelly Cristiane da Silva. "Paradoxos da autodeterminação: a construção do Estado-nação e práticas da ONU em Timor Leste". Tese de doutorado defendida no Departamento de Antropologia da UnB em (2 de abril) 1 de outubro de 2004.

2004d

Patrícia Castro Mattos. "A Sociologia Política do Reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser". Tese de doutorado defendida no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, em 26 de abril de 2004.

2004e

Simone Martins Rodrigues. "Justiça Restaurativa, Dialogia e Reconciliação Social: Tribunais Internacionais e Comissões de Verdade na África". Tese de doutorado defendida no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), em Ciência Política, no dia 18 de outubro de 2004.

2003a

Antonádia Monteiro Borges. "*Tempo de Brasília*: etnografando lugares-eventos da política". Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da UnB, em 17 de fevereiro de 2003.

2003b

José Eduardo Elias Romão. "Direito e Democracia no Brasil: a mediação entre faticidade, validade, tupinambás, gringos e orixás". Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Direito da UnB, em 12 de dezembro de 2003.

2002a

Geovani Jacó de Freitas. "Ecos da Violência em Alagoas". Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, em 22 de fevereiro de 2002.

2002b

Patrícia Trindade Maranhão Costa. "Política aqui é quente! Tempos de conflito em Laranjal-M.G". Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia da UnB, em 11 de abril de 2002.

2002c

Cinthia Maria Rodrigues Oliveria. "De burocrata a gerente: estudo de um evento da Reforma Administrativa do Estado". Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia da UnB, em 30 de setembro de 2002.

2001a

Rosângela de Souza Biserra. "*Pobre não evapora* – de governo a não-governo: a trajetória de uma instituição no Distrito Federal". Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia da UnB, em 05 de março de 2001.



2001b

Maria Ligia Rangel Santos. "Epidemia, Narratividade e Produção de Sentidos na Mídia Impressa – O Caso do Benzenismo no COPEC, 1990-1991". Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, em 18 de maio de 2001.

2001c

José Maria da Silva. "O Espetáculo do Boi-Bumbá: Folclore, Turismo e as Múltiplas Alteridades em Parintins". Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da UnB, em 30 de julho de 2001.

2001d

Marcia Anita Sprandel. "A Pobreza no Paraíso Tropical: Interpretações e Discursos Sobre o Brasil". Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da UnB, em 10 de setembro de 2001.

2000a

Augusto César de Almeida. "O Judiciário Como Poder: Uma Análise da Racionalização do Judiciário na Primeira República". Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da UnB, em 17 de fevereiro de 2000.

2000b

Luiz Eduardo de Lacerda Abreu. "Os labirintos do Minotouro: política e poder no Brasil Contemporâneo". Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da UnB em 21 de fevereiro de 2000.

2000c

Maria Lúcia de Oliveira Falcón. "Reestruturação Produtiva no Brasil: A Difusão das Técnicas de Gestão Japonesas". Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da UnB, em 16 de março de 2000.

2000d

Hélder Ferreira de Souza. "Os líderes Craôs no limiar do século XXI". Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia da UnB em 2 de junho de 2000.

2000e

João Marcelo Barbosa Ribeiro Dantas. "A Universalidade dos Direitos Humanos e a Ética do Discurso de Habermas". Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Relações Internacionais da UnB, em 13 de outubro de 2000.

2000f

Gilson Ciarallo. "A Cosmovisão Mítico-Mágica na Sociogênese do Brasil: Um Olhar a Partir da Teoria da Ação Comunicativa". Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da UnB, em outubro de 2000.

1999a

Joaze Bernardino. "Ação Afirmativa no Brasil: A Construção de Uma Identidade Negra?" Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da UnB, em março de 1999.

1999b

Marcelo Alvarez de Souza. "Cidadania, Igualdade e Solidariedade: e o Brasil com Isso?" Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da UnB em março de 1999.

1999c

Christine de Alencar Chaves. "A Marcha Nacional dos Sem-Terra: um estudo sobre a fabricação do social". Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da UnB em 17 de dezembro de 1999.

1997

Carla Costa Teixeira. "A Honra da Política: Decoro Parlamentar e a perda de mandato no congresso brasileiro (1949-1994)". Tese de Doutorado apresentada no Departamento de Antropologia da UnB em março de 1997.

1995

Adolfo Neves de Oliveira Júnior. "O Faccionalismo Caiapó: um exercício de investigação antropológica". Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Antropologia da UnB em abril de 1995.

1994

Selmo José Queiroz Norte. "A Vida Que a Morte Cria: Uma Interpretação Antropológica da Percepção Japonesa do Fenômeno Morte". Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Antropologia da UnB, em agosto de 1994.

1993a

Rita de Cássia Bertholdi. "Idoso e Trabalho: representação em um Universo Rural". Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Antropologia da UnB em fevereiro de 1993.

1993b

Andrea Ines Milesi. "O Direito: Etnografia de uma disciplina". Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em março de 1993.

1993c

Letícia C. R. Vianna. "Uma Antropologia na Terra de Marlboro ou a Pragmática da Ilusão na Cultura de Massa". Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia da UnB em maio de 1993.

1993d

Eurico Antônio Gonzalez Cursino dos Santos. "Magia e Mercadoria: Os Fundamentos do Racionalismo Prático do Brasil Colonial". Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da UnB, em julho de 1993.

1993e

Maria Catarina Chitolina. "A crônica da questão indígena na última Assembléia Nacional Constituinte". Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia da UnB, em setembro de 1993.

1993f

João Batista de Miranda Torres. "Com o Mana da Folha: Uma Incursão Pelo Mundo da Imprensa". Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia da UnB em setembro de 1993.

1992a

Vanilson Benjamin de Araújo Lima. "Engenharia, Planejamento e Impacto Sócio-Ambiental: Reflexões para uma Proposta Conceitual". Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Antropologia da UnB em agosto de 1992.

1992b

Christine de Alencar Chaves. "Festas e Política". Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Antropologia da UnB em novembro de 1992.

1991a

Siglia Zambrotti Doria. "O Guardião do Rito". Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Antropologia da UnB em outubro de 1991.

1990a

Paulo Roberto Albieri Nery. "Idiotas Metodológicos: a antropologia da construção etnográfica". Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Antropologia da UnB em março de 1990.

1990b

Francisco José Alves dos Santos. "Sangue e Sexo no Sertão: a vida sexual sertaneja em José Lins do Rego". Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Antropologia da UnB em maio de 1990.

1990c

Luiz Fernando Ferreira da Rosa Ribeiro. "Apartheid: o reino de Deus na terra". Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Antropologia da UnB em maio de 1990.

### Participação em Bancas de Defesa de Monografias de Especialização

1993

Daniel Angelo Rodrigues Costa. "A Constituição da Sensibilidade: Uma Contribuição Fenomenológica à Crítica Literária". Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fenomenologia do Departamento de Filosofia da UnB, em julho de 1993.

### Atividade Editorial

2007a

Membro do Comitê Editorial da Revista *Desacatos* do CIESAS, na Cidade do México.

2007b

Membro do Conselho Editorial da Revista *Antropolítica*, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF.

2004

Membro do Conselho Editorial de *Cadernos de Direitos Humanos*. Centro de Documentação e Pesquisa em Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro.

2002a

Co-editor do *Anuário Antropológico*.

2002b

Membro do Conselho Consultor da *Revista de Ciências Humanas* do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

1998-2002

Membro do Conselho Consultivo do *Anuário Antropológico*.

### Cargos de Administração Acadêmica

2004

Membro da Comissão do PROF da Universidade de Brasília.

2003-2005

Chefe do Departamento de Antropologia da UnB, eleito para o mandato de abril de 2003 a março de 2005.

2002

Membro titular da Câmara de Carreira Docente da Universidade de Brasília, como representante do Instituto de Ciências Sociais (ICS), a partir de 20 de março de 2002.

2001

Membro da Comissão de gerenciamento dos recursos do Programa de Fomento a Pós-Graduação-PROF, instituída pelo Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação da UnB em 15 de março de 2001.

2000

Membro do Comitê Interno do PIBIC, na UnB.

1998-2000

Diretor do Centro de Estudos e Pesquisas Para a América Latina e o Caribe (CEPPAC) da Universidade de Brasília, a partir de fevereiro de 1998, até 1º de março de 2000.

1997

Vice-chefe do Departamento de Antropologia da UnB de abril a novembro de 1997.

1993-1995

Coordenador de Apoio à Pós-Graduação, junto ao Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília, até julho de 1995.

1990-1992

Chefe do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília entre setembro de 1990 e agosto de 1992.

### Cargos em Associações Científicas

2006

Eleito presidente da Associação Brasileira de Antropologia, em 14 de junho de 2006, para um mandato de 2 anos.

2002

Eleito para o Conselho Científico da Associação Brasileira de Antropologia, para um mandato de 4 anos a partir de julho de 2002.

2000

Membro da Diretoria da Associação Brasileira de Antropologia, eleito para o período 2000-2002.

1998-2000

Membro da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), durante a gestão 1998-2000.

1994-1996

Membro da Comissão de Intercâmbio Internacional/ANPOCS, da gestão 1994-1996.

1994-1996

Membro do Conselho fiscal da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), eleito para um mandato de dois anos, até março de 1996.

1994-1996

Membro Suplente do Conselho Científico da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), Regional do Distrito Federal, eleito para o Biênio 1994-96.

1993-1995

Suplente do representante da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), Regional do Distrito Federal, no Conselho de Política Ambiental do Distrito Federal, nomeado para o Biênio 1993-95.

1993-1995

Membro do Comitê de Pós-Graduação da ANPOCS, até fevereiro de 1995.

1992-1994

Membro do Conselho Científico da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), Regional do Distrito Federal, eleito para o Biênio 1992-94.

1990-1992

Diretor-Tesoureiro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), eleito para o mandato de 2 anos, até abril de 1992.

### Consultorias Ad hoc

- Consultor “Ad hoc” da Fundação Araucária, agência de fomento à pesquisa científica e tecnológica do Estado do Paraná, desde maio de 2002.
- Participação como Consultor Externo da Área de Ciências Humanas e Sociais, e como representante do CNPq, no processo de seleção de Orientadores e Bolsistas do PIBIC, anuênio 2002-03, promovido pela Pró-Reitoria Acadêmica da Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande-MS, nos dias 30 e 31 de julho de 2002.
- Participação como membro do Comitê Externo, área de Ciências Humanas e Sociais, e representante do CNPq, do VII Encontro de Iniciação Científica da UCDB, promovido pelo Departamento de Pesquisa do Centro de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, no período de 11 a 13 de novembro de 2002.
- Membro da Comissão de Avaliação dos trabalhos submetidos à 54ª Reunião Anual da SBPC, realizada de 7 a 12 de julho de 2002, na Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- Membro substituto do Comitê Assessor do CNPq, na área de Ciências Sociais/Antropologia, para a reunião de 26 a 19 de junho de 2000.
- Membro efetivo do Comitê Assessor do CNPq, na área de Ciências Sociais/Antropologia, com mandato de novembro de 2001 a dezembro de 2003.
- Membro do Comitê da CAPES para a avaliação dos programas de pós-graduação em antropologia, nos anos 2000 e 2001, tendo participado da reclassificação trienal dos programas.
- Participação, como Consultor “Ad hoc” da CAPES, da área Antropologia, na seleção de candidatos a bolsa de doutorado no exterior, no dia 29 de fevereiro de 2000.
- National Science Foundation, desde 1992.
- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, desde 1991.
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, desde 1993.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, desde 1993.

- Comitê de Pesquisa do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná, a partir de setembro de 1997 pelo prazo de dois anos.

### Associações Científicas

- Sócio Efetivo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a partir de 1988.
- Sócio da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), a partir de 1992.
- Sócio da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a partir de 1992.

### Línguas Estrangeiras

- Inglês: fala, lê e escreve;
- Francês: fala, lê e escreve;
- Espanhol: fala e lê.
- Alemão: fala (pouco) e lê (pouco).



**SÉRIE ANTROPOLOGIA**  
**Últimos títulos publicados**

412. RIBEIRO, Gustavo Lins. Diversidade Cultural como Discurso Global. 2007.
413. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. O Ofício do Antropólogo, ou Como Desvendar Evidências Simbólicas. 2007.
414. RAMOS, Alcida Rita. Do Engajamento ao Desprendimento. 2007
415. COELHO DE SOUZA, Marcela Stockler. A dádiva indígena e a dívida antropológica: o patrimônio cultural entre direitos universais e relações particulares. 2007.
416. KNÖRR, Jacqueline. Creole Identity and Postcolonial Nation-Building. Examples from Indonesia and Sierra Leone. 2007.
417. SMILJANIC, Maria Inês. Da Observação à Participação: reflexões sobre o ofício do antropólogo no contexto do Distrito Sanitário Yanomami. 2008.
418. BAINES, Stephen Grant. Identidades indígenas e ativismo político no Brasil: depois da Constituição de 1988. 2008.
419. MACHADO, Lia Zanotta. Os novos contextos e os novos termos do debate contemporâneo sobre o aborto. A questão de gênero e o impacto social das novas narrativas biológicas, jurídicas e religiosas. 2008.
420. SAUTCHUK, Carlos Emanuel. *Comer a farinha, desmanchar o sal*: ecologia das relações pescador-(peixe)-patrão no aviamento amazônico. 2008.
421. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. O Material, o Simbólico e o Contra-intuitivo: Uma trajetória reflexiva. 2008.

A lista completa dos títulos publicados pela Série Antropologia pode ser solicitada pelos interessados à Secretaria do:

Departamento de Antropologia

Instituto de Ciências Sociais

Universidade de Brasília

70910-900 – Brasília, DF

Fone: (61) 3348-2368

Fone/Fax: (61) 3273-3264/3307-3006

E-mail: [dan@unb.br](mailto:dan@unb.br)

A Série Antropologia encontra-se disponibilizada em arquivo pdf no link: [www.unb.br/ics/dan](http://www.unb.br/ics/dan)

**Série Antropologia** has been edited by the Department of Anthropology of the University of Brasilia since 1972. It seeks to disseminate working papers, articles, essays and research fieldnotes in the area of social anthropology. In disseminating works in progress, this Series encourages and authorizes their republication.

ISSN print format: 1980-9859

ISSN electronic format: 1980-9867

1. Anthropology 2. Series I. Department of Anthropology of the University of Brasilia

We encourage the exchange of this publication with those of other institutions.

**Série Antropologia Vol. 421**, Brasilia: DAN/UnB, 2008.